

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO, POLÍTICAS SOCIAIS E ESTADO

A política social no governo Dilma (2011-2014) análise de entrevistas
concedidas ao Programa Café com a Presidenta

RODRIGO DE OLIVEIRA

CASCADEL

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
NIVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO, POLÍTICAS SOCIAIS E ESTADO

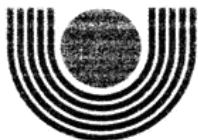
A política social no governo Dilma (2011-2014) análise de entrevistas
concedidas ao Programa Café com a Presidenta

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração Educação, Políticas Sociais e Estado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, pelo aluno Rodrigo de Oliveira como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Isaura Monica Souza Zanardini

CASCADEL

2016



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná

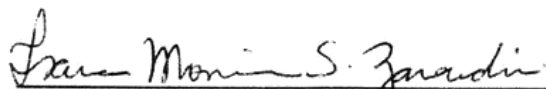


PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

RODRIGO DE OLIVEIRA

A POLÍTICA SOCIAL NO GOVERNO DILMA (2011 - 2014): ANÁLISE DE ENTREVISTAS CONCEDIDAS AO PROGRAMA CAFÉ COM A PRESIDENTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, área de concentração Sociedade, estado e educação, linha de pesquisa Educação, políticas sociais e estado, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:



Orientador(a) - Isaura Monica Souza Zanardini

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



Ieda Maria Kleinert Casagrande

Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão (UNESPAR)



Roberto Antonio Deitos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Cascavel, 2 de agosto de 2016

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração

Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Oliveira, Rodrigo de Oliveira

A política social no governo Dilma (2011-2014) análise de entrevistas concedidas ao programa café com a presidenta / Rodrigo de Oliveira Oliveira; orientador(a), Isaura Monica Souza Zanardini Zanardini, 2016.
97 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.

1. Governo Dilma. 2. Políticas sociais. 3. Novo desenvolvimentismo. 4. Liberalismo. I. Zanardini, Isaura Monica Souza Zanardini. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A professora Isaura Monica Souza Zanardini pelo apoio, segurança, humildade e paciência durante a orientação. Muito obrigado, sua orientação firme e segura foi fundamental para a conclusão dessa pesquisa.

Ao professor João Batista Zanardini, por aceitar compor a banca de qualificação. Por trazer sugestões importantes contribuindo significativamente para o desenvolvimento dessa dissertação.

A professora Ieda Maria Kleinert Casagrande por aceitar compor a banca de defesa e pelas valiosas contribuições.

Ao professor Roberto Antonio Deitos, pelas riquíssimas aulas durante o mestrado e por aceitar compor a banca de defesa, suas contribuições também foram essenciais para o andamento dessa pesquisa.

A Franciely, minha esposa. Ao Luís Fabiano meu filho e a Ana Luísa minha filha, pelo apoio, carinho e pela paciência que tiveram, compartilhando comigo as alegrias e as angustias na construção desse trabalho.

LISTA DE SIGLAS

BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPQ - Conselho Nacional de Pesquisa

IEA - Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FHC - Fernando Henrique Cardoso

MG - Minas Gerais

PDT- Partido Democrático Trabalhista

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PT – Partido dos Trabalhadores

RJ - Rio de Janeiro

SENAI - Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC – Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESC – Serviço Social de Aprendizagem Industrial

SESI – Serviço Social de Aprendizagem Industrial

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

TOGE – Teoria das Organizações e Gestão Escolar

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

IPI – Impostos Sobre Produtos Industrializados

LISTA DE TABELA

Tabela nº 1 revistas analisadas 2011

Tabela nº 2 revistas analisadas 2012

Tabela nº 3 revistas analisadas 2013

Tabela nº 4 revistas analisadas 2014

Sumário

RESUMO.....	9
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	9
1. ESTADO E POLÍTICA SOCIAL: ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS	14
1.1 Conceção de Estado e Políticas Sociais: Algumas considerações.	14
1.2 Liberalismo e o chamado neoliberalismo: contexto e pressupostos.....	21
1.3 Neoliberalismo: Algumas considerações.....	25
1.4 Reforma do Estado e neoliberalismo	32
1.5 Novo Desenvolvimentismo e neoliberalismo no Brasil: Alguns aspectos....	37
2. GOVERNO DILMA: CONFLUÊNCIA COM OS PRESSUPOSTOS DO LIBERALISMO	53
2.1 Choque de capitalismo: Algumas considerações.....	53
2.2 A política social no governo Dilma: análise das entrevistas do Programa Café com a Presidenta.	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERENCIAS:.....	87

OLIVEIRA, Rodrigo de. **A política social no governo Dilma (2011-2014) análise de entrevistas concedidas ao Programa Café com a Presidenta**. 2016. 96f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação. Area de concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Cascavel, 2016.

RESUMO

Apresentamos como objeto nessa pesquisa a relação entre o novo desenvolvimentismo e o governo Dilma (2011- 2014) levantando os elementos constitutivos dessa relação que nos permitiram compreender como o chamado choque de capitalismo se realiza no campo social e educacional. Fizemos isso de modo particular a partir de análise realizada em entrevistas concedidas por Dilma ao programa café com a presidenta. As entrevistas que escolhemos para análise foram as que apresentavam a correlação educação e trabalho, nos permitindo mapear de maneira mais detalhada que as proposições do governo Dilma para assegurar aspectos como equidade e valorização do capital humano presentes no chamado novo desenvolvimentismo tem um acentuado viés liberal. Para darmos conta do proposto, organizamos e subdividimos o trabalho de maneira que na primeira parte apresentamos uma breve introdução acerca do interesse pelo tema, objetivos e hipóteses para a realização desta pesquisa. Apresentamos também um breve aporte teórico com algumas considerações a respeito de nossa compreensão de Estado e Políticas sociais. Na segunda parte evidenciamos os principais elementos que constituem o novo desenvolvimentismo, a partir dos escritos de Bresser-Pereira, Carcanholo, Castelo-Branco. Na terceira e ultima parte realizamos a análise das entrevistas e as considerações finais onde retomamos o percurso percorrido ao longo da análise que nos permitiu identificar ao final da pesquisa que as ações do governo Dilma sejam no campo econômico ou social de fato apresentam confluência com o novo desenvolvimentismo configuração atual do liberalismo, deixando claro, porém, que devido aos limites desse trabalho não pretendemos esgotar aqui todas as ponderações a respeito do tema deixando em aberto o caminho para a discussão deste em outras pesquisas.

Palavras-Chave: Governo Dilma, liberalismo, políticas sociais, novo desenvolvimentismo.

OLIVEIRA, Rodrigo de. **Social policy in the Dilma government (2011-2014) analysis of interviews granted to the Coffee Program with the President.** 2016.96f. Dissertation (Master in Education). *Stricto Sensu* Post-Graduation Program in Education. Area of concentration: Society, State and Education, Line of Research: Education, Social Policies and State. State University of Western Paraná – Unioeste, Cascavel, 2016.

ABSTRACT

Present as an object in this research the relationship between new developmentalism and the Dilma government (2011- 2014) raising the constituent elements of that relationship that allowed us to understand how the so-called capitalism shock takes place in the social and educational field. We did this in particular from analysis in interviews for Dilma to coffee program with the president, the interviews we have chosen for analysis were those that showed the correlation education and work, allowing us to map in more detail the government's propositions Dilma to ensure aspects such as equity and enhancement of human capital present in the so-called new developmentalism has a pronounced liberal bias. To give proposed bill organize and subdivide the work so that the first part is a brief introduction about the interest in the subject, objectives and hypotheses for this research. We also present a brief theoretical framework with some considerations about our understanding of state and social policies. In the second part we highlight the main elements that make up the new developmentalism, from the writings of Bresser-Pereira, Carcanholo, Castelo-Branco. In the third and last part we perform the analysis of the interviews and the final considerations which resumed the route traveled along the analysis allowed us to identify the end of the research that the actions of the Dilma government is in the economic field or in fact social feature confluence with the new developmentalism current configuration of liberalism, making it clear, however, that due to the limits of this work do not intend to run out here all the weights on the subject leaving open the way for the discussion of this in other studies.

Keywords: government Dilma, liberalism, social policies, new developmentalism.

INTRODUÇÃO

Ao ingressar no curso de Pedagogia no ano de 2010, me deparei com diversas questões que eu até então, “carregado” pelo senso comum se quer pensava que existiam, e essa transição do “pensar e achar pelo senso comum”, para a problematização e teorização no âmbito acadêmico foi e é um processo “doloroso” que conseqüentemente acaba nos provocando algumas “crises”. No decorrer do tempo algumas foram superadas e outras acabaram que desencadeando novas crises.

Assim abrindo caminho para nosso processo de formação e produção do conhecimento até chegar à proposição desta proposta de pesquisa, cursamos algumas disciplinas que de forma consubstancial foram cimentando as bases do meu interesse em pesquisar este tema, dentre elas destacamos, Teoria das Organizações e Gestão Escolar, (TOGE), Estado e Organização Escolar, esta disciplina inclusive nos trouxe a “luz”, para o tema de nosso trabalho de conclusão de curso¹, Política Educacional I e II e Educação e Trabalho.

O interesse pelo tema do TCC foi dado de modo particular pela leitura de um fragmento da Tese de doutorado da professora Dra. Isaura Monica Souza Zanardini, no qual discorria sobre a reforma do Estado e da educação no contexto da ideologia da pós-Modernidade. Podemos destacar também outras disciplinas de grande contribuição como Educação e Trabalho, Política Educacional I, Política Educacional II, dentre outras.

Em nosso trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia, nos propusemos a problematizar mesmo que de forma sumária as políticas educacionais advindas do Estado na década de 1990 e o caráter neoliberal que as sustentam. Desse modo, proposta de pesquisa elaborada para ingressar no mestrado estava ligada a intenção de aprofundar os estudos realizados em nosso trabalho de conclusão de curso.

Desse modo o objeto de nossa pesquisa é discutir as relações entre o novo desenvolvimentismo e o Governo Dilma (2011-2014) tendo em vista

¹ *Políticas Educacionais e o ideário neoliberal na década de 90: Aproximações. Unioeste. Curso de Pedagogia, 2013.*

levantar elementos que nos permitam compreender como o chamado *choque de capitalismo* se realiza no campo social e educacional. Pretendemos mais especificamente captar em que medida os compromissos econômicos adotados pelo governo no referido período, tem repercussões sobre suas ações no que diz respeito às políticas sociais, de modo particular as políticas educacionais, na tentativa de que assim possamos conseguir evidenciar nessa relação possíveis convergências com o novo desenvolvimentismo, configuração atual do liberalismo.

Nossa proposta é evidenciar os principais elementos que constituem o chamado novo desenvolvimentismo a partir de escritos do ex-ministro Bresser Pereira, defensor do novo desenvolvimentismo, e dos pesquisadores Marcelo Carcanholo, Castelo Branco e Giovanni Alves, para construir um arcabouço teórico que nos permita evidenciar a articulação do Governo Dilma com este modelo de desenvolvimento. A partir daí, tratamos de entrevistas concedidas pela Presidenta Dilma ao Programa “*Café com a Presidenta*”, procurando identificar nas falas da Presidenta, as orientações e diretrizes para a formação do trabalhador e suas relações com a política econômica que estava em curso durante seu mandato. De modo particular, analisaremos as entrevistas que dizem respeito à relação educação e trabalho, tendo em vista mapear as proposições do governo a fim de assegurar aspectos como a equidade e a valorização do capital humano presentes no chamado novo desenvolvimentismo.

Nossa hipótese é a de que as políticas econômicas implementadas no referido período tem acentuado o viés liberal, já presente nas políticas do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e sendo assim, tem determinadas implicações sobre as políticas sociais e de modo particular para a profissionalização dos trabalhadores procurando estabelecer ajustes que se disponham a enfrentar a suposta “inadequação” entre formação e as exigências do modelo produtivo.

Deste modo, como ambas constituem-se como ações do Estado em meio à luta de classes, consideramos necessário apresentarmos alguns aspectos relevantes sobre nossa compreensão de Estado, e posteriormente

baseados nesses argumentos, explicitar mais especificamente o que queremos evidenciar em nossa pesquisa ao detalharmos nosso objeto de investigação. Afinal não podemos compreender as políticas sociais sem antes entendermos como é projetada a política econômica no conjunto de relações para reprodução da sociedade capitalista.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma, a parte introdutória demonstra o caminho por nós percorrido até chegar à proposta de pesquisa aqui apresentada. Na segunda parte fizemos algumas considerações a respeito da definição do Estado moderno e suas implicações na sociedade de classes. Dentre essas, as ações que dele são demandadas para a política social.

Para estudarmos a definição do Estado bem como a conceituação de sociedade e políticas sociais retomamos a discussão em torno da ideologia do liberalismo clássico e do neoliberalismo no contexto da globalização, principalmente a luz de teóricos como Eneida Oto Shiroma, Maria Célia M. de Moraes e Olinda Evangelista (2004), István Mészáros (2011) José Paulo Netto (2003), Luiz Antonio Cunha (1993), Marcelo Dias Carcanholo (2002), Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier e Mara Regina Martins Jacomeli (2003), Roberto Antonio Deitos (2010), e Vicente de Paula Faleiros (1991). Esses autores convergem na interpretação de que a sociedade está entrelaçada às relações sociais de produção existentes dentro do modo de produção capitalista. É justamente na base desse modo hegemônico de produção que se articulam as políticas sociais, desempenhando assim uma função estratégica e fundamental para a conservação deste modelo de sociedade.

Nesse sentido, podemos compreender o pressuposto metodológico presente na análise desses autores de que, ao se analisar o objeto de estudo é preciso sempre considerar as relações que permeiam a esfera da produção econômica das quais fazem parte, possibilitando com isso que seja desvelado o fundamento das relações sociais que na sociedade capitalista tendem a ser contraditórias.

Na terceira parte do trabalho procuraremos estabelecer um paralelo entre os discursos apresentados nas entrevistas e as propostas no plano de

governo, tendo em vista estabelecer um panorama com vistas a desvelar qual o caráter político ideológico da política do período, excepcionalmente no que se refere às políticas sociais que dizem respeito à relação educação/trabalho.

Na última parte nos detemos na análise a respeito das entrevistas do Programa Café com a Presidenta, porém também utilizamos outros documentos que contem algumas das propostas do governo federal, por acharmos que tais propostas nos ajudarão a fundamentar nossa análise no que diz respeito às políticas econômicas e sociais.

Por considerarmos a relevância histórica, econômica e social em que o objeto está inserido, projetamos o desenvolvimento desta pesquisa, como de caráter documental e bibliográfico, para tanto, realizamos levantamento e análise de fontes primárias tais como, entrevistas do programa “café com a presidenta”, planos de governo, documentos oficiais produzidos e elaborados pelo governo federal, e também de fontes secundárias, dentre as quais, teses, dissertações, relatórios de pesquisa, anais de eventos sobre a temática, livros, textos, correlatos, revistas sobre políticas sociais e econômicas.

No intuito de que possamos atingir o nosso objetivo que é o de construir o referencial de análise para o estudo supracitado nesta pesquisa, partimos de EVANGELISTA ao afirmar que:

Se compreendermos a empiria como “gestada” na história, como manifestação da consciência humana na história, e se a tomamos como passível de conhecimento pelo sujeito histórico podemos considerar que conhecê-la é conhecer a própria consciência do homem. Pelo seu conhecimento é possível articular outras formas de consciência. Em síntese, expressam vida, conflitos, litígios, interesses, projetos, políticos – história. Na efervescência dessas determinações se encontram o pesquisador, documento e teoria (2008 s/p).

Partimos da compreensão que os documentos são produtos de informações selecionadas, de avaliações, de análises, de tendências, de recomendações, de proposições. Expressam e resultam de uma combinação de intencionalidades, valores e discursos; são constituídos **pelo²** e **do³**

² Grifos do autor

³ Idem.

momento histórico. Assim ao se tratar de política é preciso ter clareza de que eles não expõem as “verdadeiras” intenções de seus autores e nem a “realidade”. Como fontes de concepções, permitem captar a racionalidade da política, desde que adequadamente interrogados. EVANGELISTA (2008, s/p),

Assim, ao analisarmos o objeto de estudo procuramos levar em conta o contexto histórico do qual faz parte, ou seja, procuramos considerar as contraditórias relações sociais que permeiam a base de nossa sociedade buscando interpretar nessa relação o sentido da análise de nosso objeto.

1. ESTADO E POLÍTICA SOCIAL: ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS

1. 1 Conceção de Estado e Políticas Sociais: Algumas considerações.

Compreendemos o Estado moderno como resultado das tensões da sociedade civil. Sobre isso, BOBBIO explica que:

Na contraposição sociedade civil-Estado, entende-se por sociedade civil a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem a margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais, [...] sociedade civil é representada como o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os; como base da qual partem as solicitações às quais o sistema político está chamado a responder; como o campo das várias formas de mobilização, de associação e de organização das forças sociais que impelem à conquista de poder político (1998 p.1210).

A correspondência entre o Estado burguês e as relações de produção capitalistas não consiste numa relação causal unívoca: a determinação do Estado pelas relações de produção. Qual é então, a natureza dessa correspondência? Um tipo particular de Estado (o burguês) corresponde a um tipo particular de produção, (capitalista), na medida em que só uma estrutura jurídico-política específica torna possível a reprodução das relações de produção capitalistas. Essa é a verdadeira relação entre o Estado burguês e as relações de produção capitalistas: só o Estado burguês torna possível a reprodução das relações de produção capitalistas (SAES, 1985).

Assim, na medida em que vai se consolidando o avanço das forças produtivas, logo, o desenvolvimento da sociedade capitalista, a relação indissociável entre produção, consumo e luta de classes, constitui a criação do Estado moderno (burguês) como uma relativa necessidade, no sentido de intermediar os conflitos dessas classes. O Estado moderno é assim, situado historicamente, não se resumindo a algo posto de forma natural e linear. Sobre isso Marx e Engels afirmam:

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é a realidade de ideia moral, nem a imagem e a realidade da razão, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam

a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais é o Estado (s/d, p. 135-136).

Antes de tecermos argumentos mais detidos sobre essa problemática, gostaríamos de afirmar, apoiados em Marx (1975, p. 144), que “O Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas distintas. O estado é a organização da sociedade”. Nesse sentido o Estado é categoria de importância fundamental ao pensamento marxista, que considera o Estado como instituição que, acima de todas as outras, tem como função assegurar e conservar a dominação e exploração de classe. Assim o Estado tem a funcionalidade histórica de mediar os conflitos entre as classes. Shiroma, Moraes, Evangelista, salientam que:

De Hobbes a Hegel, não obstante a diversidade das varias soluções, o pensamento político moderno tende a considerar o Estado em contraposição ao “estado de natureza”, ou sociedade natural, e a defini-lo como o momento supremo da vida coletiva dos seres humanos, momento em que forças desregradas, os instintos, os egoísmos e paixões, se subjugam ao reino da liberdade regulada. O Estado é compreendido como produto da razão, ambiência social marcada pela racionalidade única na qual o ser humano encontrará a possibilidade de viver nos termos da razão, ou seja, de acordo sua natureza (2004 p.7-8).

O que precisamos considerar é que, na sociedade capitalista, o Estado está politicamente posicionado a favor da classe burguesa, mas por questões de interesses de ordem político-social não se deixa desvelar seu verdadeiro cariz, que no seu âmago é classista.

Em *O capital*, Marx afirma o Estado como *violência concentrada e organizada da sociedade*, evidenciando a relação entre sociedade civil (conjunto das relações econômicas) e Estado (sociedade política) [...] o Estado institui-se nesse entendimento, como expressão das formas contraditórias das relações de produção que se instalam na sociedade civil, delas é parte essencial, nelas tem fincada sua origem e são elas, em ultima instância, que historicamente delimitam e determinam suas ações. O Estado, impossibilitado de superar contradições que são constitutivas da sociedade e dele próprio, portanto, administra-as, suprimindo-as no plano formal, mantendo-as sob controle no plano real, como um poder que, procedendo da sociedade, coloca-se acima dela, estranhando-se cada vez mais em relação a ela (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2004 p.8).

De acordo com (SAES 1985, p.23), o Estado em todas as sociedades divididas em classes (escravistas, feudal ou capitalista), é a própria organização da dominação de classe; ou dito de outra forma o conjunto das

instituições (mais ou menos diferenciadas, e mais ou menos especializadas) que conservam a dominação de uma classe por outra.

Entendemos assim que o Estado moderno é consolidado como modo geral de organização das relações sociais variantes do mesmo modelo geral de Estado, que detém o monopólio da força legítima e com poderes limitados, é posto como o árbitro capaz de orientar o cumprimento das regras do jogo, e evitar a coerção de um indivíduo sobre o outro e, desse modo, garantir a harmonia de uma sociedade livre.

Mészáros afirma que:

O Estado moderno – na qualidade de sistema de comando político abrangente do capital – é, ao mesmo tempo, o *pré-requisito* necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um *sistema viável*, e o *quadro geral* para a completa articulação e manutenção deste último como *sistema global*. Neste sentido fundamental o Estado - em razão de seu papel constitutivo e permanentemente sustentador - deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto. No entanto, este inter-relacionamento íntimo também se mantém quando visto de outro lado, pois o Estado moderno em si é totalmente inconcebível sem o capital como função sociometabólica. Isto dá às estruturas materiais reprodutivas do sistema do capital a condição necessária, não apenas para a constituição original, mas também para a sobrevivência continuada (e para as transformações históricas adequadas) do Estado moderno em todas as suas dimensões. Essas estruturas reprodutivas estendem sua influência sobre todas as coisas, desde os instrumentos rigorosamente repressivos/materiais e as instituições jurídicas do Estado, até as teorizações ideológicas e políticas mais mediadas de sua *raison d'être* e de sua proclamada legitimidade. (2011, p.124-125 grifos do autor).

Mészáros (2011, s/p) considera o Estado moderno como instrumento capaz de reconstituir e reafirmar os interesses do modo de produção capitalista, logo, as políticas sociais concernentes a ele se expressam nesse conflito de interesses, como caminho para a implementação de seu aspecto social, focalizando-se no trabalho de “atender”, a demanda da classe menos abastada, em suas aspirações, desse modo:

As políticas públicas⁴ emanadas do Estado anunciam-se nessa correlação de forças, e nesse confronto abrem-se as possibilidades para implementar sua face social, em um equilíbrio instável de compromissos, empenhos e responsabilidades. É estratégica a

⁴ As autoras usam o termo políticas públicas para referirem-se as políticas sociais.

importância das políticas públicas de caráter social, - saúde, educação, cultura, previdência, seguridade, informação, habitação, defesa do consumidor – para o Estado capitalista. Por um lado, revelam as características próprias da intervenção de um Estado submetido aos interesses gerais do capital na organização e na administração da res publica e contribuem para assegurar e ampliar os mecanismos de cooptação e controle social. Por outro, como o Estado não se define por estar à disposição de uma ou de outra classe para seu uso alternativo, não pode desobrigar dos comprometimentos com as distintas forças sociais em confronto. As políticas públicas particularmente as de caráter social, são mediatizadas pelas lutas, pressões e conflitos entre elas. Assim, não são estáticas ou fruto de iniciativas abstratas, mas estrategicamente empregadas no decurso dos conflitos sociais expressando, em grande medida, a capacidade administrativa e gerencial para implementar decisões de governo. (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2004, p.8).

Segundo Paulo Netto: [...] há uma observação que precisa ser considerada no que diz respeito ao entendimento da política social, tão mais necessária quando impera uma razoável confusão terminológica (política social pública, política social privada, políticas públicas, políticas de governo). [...] a de se manter o uso da terminologia política social para designar o conjunto das políticas sociais e também usá-lo para referir-se a política setorial (2003, p.15).

Assim de acordo com o mesmo autor:

O Estado burguês, funcional ao capitalismo dos monopólios, através das políticas sociais, responde às pressões dos segmentos da população afetados pelas várias expressões da “questão social”. [...] o foco das políticas sociais recai sempre sobre uma expressão ou expressões da chamada “questão social”. O Estado apresenta respostas quando os afetados por essas expressões são capazes de exercer, sobre ele, uma pressão organizada. Não basta que haja expressões de “questão social” para que haja política social; é preciso que aqueles afetados pelas suas expressões sejam capazes de mobilização e de organização para demandar a resposta que o Estado oferece através da política social. [...] Por outro lado, há que considerar ainda que o Estado frequentemente, se antecipa a essas pressões: antes que a pressão tome forma organizada e mobilizadora, o Estado se antecipa estrategicamente e já oferece uma solução neutralizadora de qualquer potencial transformador contido na demanda (PAULO NETTO, 2003, p.15-16).

Sobre isso, Faleiros afirma que:

Essas políticas não caem do céu, nem são um presente ou uma outorga do bloco do poder. Elas são ganhos conquistados em duras lutas e resultados de processos complexos de relação de forças [...] O conjunto e a articulação dessas lutas poderia colocar em ameaça a ordem capitalista, já que extrapolariam o âmbito restrito ou local em que o sistema tenta mantê-las. Para evitar a “desordem” ou o questionamento da exploração e da dominação enquanto exploração e dominação, o Estado busca conter as lutas pela repressão ou articular respostas específicas e limitadas. No âmbito dessas respostas

encontram-se o atendimento parcial de reivindicações, a conversação e a negociação, o oferecimento de promessas futuras (algumas até ilusórias) e a divisão das forças consideradas ameaçadoras. (1991, p.62-63).

Depreende-se disso que as lutas sociais organizadas e articuladas do ponto de vista estratégico representam uma ameaça à ordem político-social do modo hegemônico de produção, assim, o Estado como mediador desses embates precisa dar “respostas” específicas e mediatizadas a essa eminente ameaça, e o faz mediante a repressão ou ações no campo político, ideológico e social onde se encontram as políticas sociais, no intuito de manter em níveis supostamente “aceitáveis” essas relações de ordem social desigual (PAULO NETTO 2003 p.16). Por isso:

O uso de determinadas estratégias e táticas pelo Estado tem também consequências políticas que necessitam ser pesadas. Assim, o uso indiscriminado da repressão pode indispor a população contra o governo e a concessão de vantagens pode afetar o processo acumulativo. A combinação de várias estratégias e recursos em cada momento é um processo complexo de montagem e desmontagem de jogadas das diferentes forças em presença (FALEIROS, 1991, p.63).

Vieira traz à discussão também o conceito de política enquanto estratégia governamental, e esclarece que:

Quando falam em “políticas” (política social, política econômica, política fiscal, política tributária, política de saúde, política habitacional, política de assistência, política previdenciária, política educacional, etc.) estão falando de estratégias governamentais. As estratégias governamentais pretendem intervir nas relações de produção (no caso da política econômica) ou intervir no campo dos serviços sociais (no caso da política social) (2001, p.18).

Nesse sentido, podemos relativamente apreender que não é prerrogativa do Estado resolver definitivamente os problemas de desigualdade social, já que os mesmos seriam nessa lógica, necessários como aparato no plano real para legitimar essas relações de desigualdade, portanto se as políticas sociais são tensionadas e implementadas mediante pressão da classe trabalhadora, elas podem ser consideradas de fato, uma conquista complexa e importante. Mas que no limite e em última instância, visam atender a reprodução da ordem social, amenizando as tensões entre as classes “estabilizando” desajustes que podem ser onerosos ao processo de acumulação, ou seja, a manutenção da ordem capitalista de reprodução da existência.

O Estado aqui entendido não pode ser compreendido fora do contexto econômico-social e ideológico como processo de sua própria constituição contraditória e permanente. Sua grandiosidade institucional não significa uma absoluta autonomia. A medida de sua autonomia está diretamente ligada com o processo de produção e de organização social que lhe dá vida e estrutura legal, política e militar. A formulação e a implementação de políticas sociais e educacionais advindas do Estado tomam a forma e a expressão das relações e das forças sociais em disputa. As políticas sociais e educacionais não são benevolência social, mas a articulação e o jogo contraditório que exprime a luta de classe e as mediações econômico-sociais existentes numa determinada sociedade e contexto social (DEITOS, 2010, p. 209-210).

Para apreendermos as relações que determinam as políticas sociais advindas do Estado precisamos de forma correlata entender a política econômica. Não podemos compreender políticas sociais sem correlacioná-las com a política econômica, as políticas sociais são a expressão da política econômica, não podendo ser analisadas isoladamente, pois estão intrinsecamente articuladas. A respeito disso Vieira argumenta que:

A distinção entre política social e política econômica só é sustentável do ponto de vista didático, por que não existe nada mais econômico que o social e não existe nada mais social que o econômico trata-se apenas de definição de campo. Este campo é mutável. Por exemplo: nós podemos dizer que a política social se relaciona com a educação pública, com a saúde pública, com a habitação pública, com a previdência social, com a assistência social, com o lazer, com as condições de trabalho, mas evidentemente que as questões relacionadas com financiamento têm diretamente vinculação com a política social, embora esteja no campo da política econômica. Elas se colocam em uma totalidade e a destinação visa apenas esclarecimentos (2001, p.18).

Compreendemos assim que a relação entre a política econômica e social é interdependente entre si e se desenvolve conforme a dinâmica contraditória da sociedade de classe, num “jogo de interesses” em que ambas as classes são “atendidas”, porém, de acordo com (Faleiros, 1991, p.63) deve-se ponderar que esse atendimento se efetiva em “medidas” diferentes e desiguais. Vieira (2013, p.120) argumenta que o Estado pode exercer caráter discriminatório no momento da escolha das ações a serem implementadas, e estas podem atender os interesses de uma ou outra classe social.

Entendemos com isso que, as ações desprendidas pelo Estado no que se refere às políticas sociais atendem a burguesia, pois este precisa do trabalhador vivo e minimamente em condições de ter sua força de trabalho explorada na esfera produtiva, e relativamente também atendem ao sujeito

trabalhador ao passo em que este tem suas aspirações primárias minimamente atendidas, condição necessária para que tenha condições de vender sua força de trabalho.

Diante do exposto compreendemos que, as ações do Estado para com as políticas sociais na sociedade capitalista, por razões ideológicas, políticas e econômicas são sempre projetadas pelo viés paliativo, no intuito de manter as desigualdades sociais em “níveis aceitáveis”, reproduzindo-as e legitimando-as como tal, e nunca para superá-las.

Assim, ao mesmo tempo em que as políticas sociais são a expressão das tensões sociais em disputa, funcionam também como mecanismo de equilíbrio para mediar, e amenizar esses conflitos, evidenciando a funcionalidade histórica do Estado, de mediador dos embates, e “guardião da democracia” garantindo a aparente e contraditória harmonia para a manutenção do modo capitalista de produção.

De forma correlata à compreensão do modelo de Estado burguês e da natureza de suas ações no formato de políticas sociais, na próxima seção trataremos mais especificamente de apontar algumas características do Liberalismo como teoria político-social na qual o Estado burguês tem suas bases arraigadas.

1.2 Liberalismo e o chamado neoliberalismo: contexto e pressupostos

Ao problematizarmos a ideologia do liberalismo, a sociedade capitalista, bem como o Estado moderno e as políticas sociais na contemporaneidade, não podemos desconsiderar o processo histórico, bem como, as contradições às quais engendram. Como já assinalamos nosso objeto de pesquisa tem em vista evidenciar o viés liberal do atual governo do Estado brasileiro no que tange ao desencadeamento de políticas sociais, portanto consideramos de grande relevância elencar algumas considerações acerca do liberalismo.

De acordo com BOBBIO:

A existência atual de regimes denominados liberal democráticos ou de democracia liberal leva a crer que liberalismo e democracia sejam interdependentes. No entanto, o problema das relações entre eles é extremamente complexo, e tudo menos linear. Na acepção mais comum dos dois termos, por "liberalismo" entende-se uma determinada concepção de Estado, na qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos de social [...]. Um Estado liberal não é necessariamente democrático: ao contrário, realiza-se historicamente em sociedades nas quais a participação no governo é bastante restrita, limitada às classes possuidoras (2007, p.7).

Capitaneado pelo discurso burguês da liberdade natural do homem, e a socialização do poder por meio do consenso social, o liberalismo se estabeleceu em detrimento do modo de produção feudal, tendo como baluarte de sua retórica cinco pilares de sustentação os quais eram: liberdade, igualdade, propriedade, individualismo e democracia.

A citação que segue abaixo não esgota a problematização, mas é fundamental para indicar a origem do liberalismo e seus principais pressupostos.

De acordo com JACOMELI e XAVIER:

O ideário liberal nasceu no mundo europeu, como resultado da derrocada do feudalismo e constituição das relações capitalistas de produção. Fez parte do arsenal teórico da burguesia para legitimar o novo, desmontando as fortes resistências do velho mundo em decomposição. Como convinha ao novo regime, que necessitava se livrar dos entraves institucionais herdados, a ideologia liberal apresentava como pilares da nova sociedade em constituição, os princípios da individualidade, da liberdade, da propriedade, da igualdade e da democracia. O princípio da individualidade, que

enfetizava a noção do único, do particular, como forma de ser histórica do sujeito, também trazia consigo a concepção da diferença natural entre os homens, que legitimaria posteriormente as desigualdades sociais geradas pela dominação capitalista. O princípio da liberdade, tão caro aos que lutavam por se emancipar do jugo medieval, capitaneado pela igreja, traduzia-se no direito de viver em plenitude a diferença, no sistema que se instalava. O princípio da propriedade fechava e explicitava o sentido dos anteriores, apresentando-se como recompensa da capacidade e dos esforços individuais. Para atenuar a legitimação da desigualdade, o quarto princípio reportava-se a noção de justiça, através da igualdade de direitos. Daí decorre que a desigualdade é natural, mas deve ser justa. Oportunidades idênticas legitimam as diferenças como conquistas e derrotas individuais. E, como não poderia deixar de ser, só um regime político e democrático poderia garantir esses direitos individuais, através da representação popular na elaboração e execução das leis (2003. p.195-196).

Conforme Cunha (1979, p.28-33) o liberalismo é um sistema de crenças e convicções, isto é, uma ideologia. Todo sistema de convicções tem como base um conjunto de princípios ou verdades, aceitas sem discussão que formam o corpo de sua doutrina ou o corpo de ideias nas quais ele se fundamenta, sobre este conjunto de princípios o autor pontua.

Individualismo Este é o princípio que considera o individuo enquanto sujeito que deve ser respeitado por possuir aptidões e talentos próprios [...]. Pleiteia-se, antes de tudo, a liberdade individual, dela decorrendo todas as outras: liberdade econômica, intelectual, religiosa e política. **Liberdade** Para essa doutrina, a liberdade é a condição necessária para a defesa da ação e das potencialidades individuais, enquanto a não liberdade é um desrespeito à personalidade de cada um. O princípio da liberdade presume que um individuo seja tão livre quanto o outro para atingir uma posição social vantajosa, em virtude de seus talentos e aptidões. [...]. **Propriedade Privada**. Essa é entendida como um direito natural do individuo e os liberais negam autoridade a qualquer agente político para usurpar seus direitos naturais. Na “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, da Revolução Francesa, a propriedade aparece imediatamente após a liberdade entre os ‘direitos naturais imprescindíveis’. **Igualdade** Outro valor importante para a compreensão da doutrina liberal, não significa igualdade de condições materiais. Assim como os homens não são tidos como iguais em talentos e capacidades, também não podem ser iguais em riqueza. Assim para a doutrina liberal, como para os homens não são individualmente iguais, é impossível querer que sejam socialmente iguais, Pelo contrário, a igualdade social é nociva, pois provoca uma padronização, uma uniformização entre os indivíduos, o que é desrespeito à individualidade de cada um. A verdadeira posição liberal exige igualdade perante a lei, igualdade de direitos entre os homens, igualdade civil. Tal posição defende que todos possuem por lei, iguais direitos a vida, a liberdade, a propriedade, a proteção das leis. Os princípios do individualismo, da propriedade, da liberdade e da igualdade exigem a **democracia**, outro importante principio da doutrina liberal. Consiste no igual direito de todos participarem do governo através de representantes de sua própria escolha. Cada

indivíduo, agindo livremente, é capaz de buscar seus interesses próprios e, em consequência, os de toda a sociedade. (CUNHA, p. 33 Grifos nosso).

A raiz do pensamento liberal teve seu nascedouro ainda no século XVII, empurrada por ensaios teóricos do filósofo inglês John Locke, mas ao falarmos dessa corrente teórica a figura do teórico e economista Adam Smith (1723-1790) no século XVIII, é peça central para compreendermos tal conjunto de ideias.

Adam Smith achava necessário deixar que as pessoas perseguissem seus próprios interesses sem restrições externas de natureza política. Argumentando que os indivíduos, ao buscarem realizar seu interesse pessoal promoviam de forma indireta e involuntária o interesse coletivo [...]. A racionalidade individual levava ao bem coletivo; a aparente anarquia da busca individual do interesse egoísta levava a um universo ordenado, a uma ordem provocada não pela ação política deliberada, mas, inconscientemente, pela ação de muitas pessoas [...]. Adam Smith oferecia um quadro de harmonia, de benefícios e de prosperidade, devido precisamente à ausência do Estado na esfera do interesse privado (BOTTOMORE, 2012 p.175).

De acordo com Faleiros (1980, p.11) Adam Smith defendia o *laissez-faire*⁵, afirmava que os capazes, os inteligentes é que prosperariam num regime de concorrência. “[...] Esta noção supunha que a riqueza dependia do esforço individual num sistema de concorrência perfeita. Assim, é no mercado que se produz o equilíbrio entre o consumo e a produção”.

Partindo desses pressupostos, a ideologia liberal tem um modo de interpretar a liberdade no sentido de que todos têm as mesmas condições, isto é, todos de acordo com seu potencial, aptidões e condições individuais podem alcançar e prosperar aos mais altos níveis dos estratos sociais, em virtude de suas habilidades, valores e atividades às quais está engajado, com a mais absoluta “liberdade”. De acordo com Paulo Netto (2003 s/p) no intuito de se atingir uma sociedade que reduza ao mínimo os históricos e contraditórios conflitos sociais.

⁵ **Laissez-faire** (deixar – fazer) é expressão-símbolo do liberalismo, na versão mais pura do capitalismo de que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência, apenas com regulamentos suficientes para proteger os direitos de propriedade.

O liberalismo traz consigo princípios e teorias políticas, que apresentam como ideias centrais a defesa de uma relativa liberdade política e econômica. Neste sentido, os liberais são contrários ao forte controle do Estado na economia e na vida das pessoas. O liberalismo é uma doutrina em que o Estado é limitado tanto com respeito aos seus poderes quanto às suas funções. Sobre isso Moraes explica que para os liberais:

Trata-se de momento decisivo porque, a partir de então, uma série de ideias deixam de ser apenas intuições, reveladas aqui e ali, e começam a constituir um verdadeiro sistema de pensamento. Um sistema que afirma, convictamente, que o mundo seria melhor, mais justo, racional, eficiente e produtivo se houvesse livre iniciativa, se as atitudes econômicas dos indivíduos e suas relações não fossem limitadas, por regulamentos e monopólios estatais. Uma doutrina que prega a necessidade de desregular e privatizar as atividades econômicas, reduzindo o Estado a funções bastante definidas. Estas funções constituem apenas parâmetros bastante gerais para as atividades livres dos agentes econômicos. São três basicamente: a manutenção da segurança interna e externa, a garantia dos contratos e a responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública (1997, p.3)

Para o pensamento liberal o exercício da liberdade individual é cultuado como algo intrinsecamente bom, e como uma condição insubstituível para alcançar níveis ótimos de progresso em uma sociedade supostamente com um mínimo de conflitos sociais, logo, uma sociedade harmônica e próspera, assim:

A doutrina liberal, a procura do lucro e a motivação do interesse próprio estimulam o empenho e o engenho dos agentes, recompensam a poupança, a abstinência presente, e remuneram o investimento. Além disso, reconhecem a iniciativa criadora, incitando ao trabalho e a inovação. Criam um sistema ordenador e (co-ordenador) das ações humanas, identificadas com ofertas e demandas mediadas por um mecanismo de preços. Esse é um sistema que revelaria de modo espontâneo e incontestável as necessidades de cada um e de todos os indivíduos da sociedade, um sistema que também indicaria a eficácia da empresa e dos empreendedores, sancionando as escolhas individuais, atribuindo-lhes valores (negativos ou positivos) (MORAES, 1993, p.3).

A liberdade de possuir bens, ou seja, processo acumulativo e o direito à propriedade privada são fundamentais, já que sem liberdade o indivíduo aparentemente se encontraria permanentemente na dependência do Estado.

A ideologia liberal repousa no argumento de que, o maior grau de eficiência e desenvolvimento, logo a, harmonia social, está articulado a esse modo de encarar a vida, a política e a economia. As desigualdades que são de cunho social, ou seja, de classe e, portanto arraigadas na base material da

sociedade capitalista, nesse pensamento, seriam legitimadas pelo caráter individual, recaindo sempre sobre o indivíduo e sua igualdade jurídica e liberdade natural, logo, democrática, as condições do fato e da forma em que se apresenta e não sobre a forma de organização social que na sociedade capitalista desde sua base é desigual. Faleiros explica que:

O indivíduo era julgado culpado de situação, legitimando-se essa ideologia por critérios morais, de uma moral natural. Como se o fato de existir pobres e ricos fosse um fenômeno natural e não o resultado do tipo de produção existente (1980, p.11)

Parafrazeando Cunha (1979, p.28) o liberalismo até “reconhece” que existam as desigualdades sociais, porém, essas desigualdades sociais seriam legítimas e justificadas na medida em que alguns indivíduos fazem por merecer que sejam materialmente mais recompensados que outros justamente por serem mais talentosos e se sobressair em relação aos demais.

1.3 Neoliberalismo: Algumas considerações

Num constante processo de crises cíclicas que são inerentes ao seu próprio desenvolvimento enquanto força hegemônica, o capital dentro de seu próprio sistema acumulativo, precisa corresponder a mudanças históricas, isto é, têm-se novas necessidades, novas situações que o capital precisa responder ou “para” de reproduzir-se. Essa é a máxima do sistema capitalista se reinventar no que não lhe é mais interessante e conservar aquilo que lhe serve, para legitimar-se e se manter como modo hegemônico. É nesse sentido que o capital já no século XX abriria possibilidades para a proposição do neoliberalismo.

O próprio nome (*neo*) **liberalismo** indica essa volatilidade do capital, isto é, o (**neo**) atrelado ao liberalismo pressupõe algo novo, porém não significa o rompimento com a ordem da base material instaurada com os preceitos do liberalismo é apenas um rearranjo no decorrer do próprio processo histórico do capital para a continuidade da reprodução social capitalista.

De acordo com o que Marx e Engels escreveram no Manifesto do Partido Comunista, a sociedade burguesa moderna desde seu nascedouro ainda na idade média com os pequenos burgueses oriundos das primeiras cidades onde surgiram os primeiros elementos da burguesia é revolucionária,

contudo, estabelecida sobre as ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos das classes, o que a burguesia fez foi apenas substituir as antigas por novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta. De modo que simplificou esses antagonismos de classes, dividindo a sociedade em dois grandes blocos opostos, isto é, a burguesia e o proletariado. De acordo com Marx e Engels (2009) “[...] nas primeiras épocas da história encontramos quase por toda a parte uma organização, completa da sociedade em classes distintas, uma hierarquia variada de condições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassallos, mestre de corporação, companheiros, servos e, ainda em cada uma dessas classes, uma hierarquia peculiar” (MARX E ENGELS, 2009, p.54).

Nessa direção, se o liberalismo foi revolucionário ao ponto de extinguir uma determinada ordem social e também política do modo de produção feudal, o neoliberalismo por sua vez tende a ser mais reacionário, isto é, se enquadra num processo de conservadorismo. CARCANHOLO explica que:

Os últimos anos do século XX têm sido apresentados como os constituidores de uma realidade diferente. Eles teriam definido um mundo sem fronteiras, onde todos os mercados estariam globalizados e as relações entre os países estariam intensificadas, no que diz respeito tanto ao setor produtivo quanto aos fluxos comerciais e financeiros. Esse processo de globalização, conforme a denominação que se disseminou, manifestar-se-ia na globalização comercial, com a intensificação do comércio de bens e serviços entre os países, na globalização produtiva, definida pela maior participação das operações produtivas das empresas transnacionais por toda a economia mundial, e na globalização financeira, representada pela intensa circulação do capital internacional (2002, p.115).

De acordo com Carcanholo (2002, s/p) é sobre o delineamento desse suposto novo contexto global que o neoliberalismo se justificaria enquanto conjunto de políticas para a gerência da sociedade.

A retomada dos pressupostos do liberalismo, materializados no neoliberalismo, contrapõe-se as indicações do chamado Estado de Bem Estar Social. Segundo Vieira (2001):

O Estado de Bem Estar Social, representou uma criação do capitalismo, foi possível em determinado momento do capitalismo surgindo, sobretudo nos países, onde o crescimento no pós- 2.^a Guerra Mundial, (1945) foi muito acentuado. Não existiu Estado de

Bem Estar Social fora desses países, deste modo, ele só se concretizou em países altamente capitalizados(p.20).

Assim como a incipiência do capitalismo de forma mais detida teve como núcleo duro de seu engendramento primeiramente a Inglaterra, para depois espalhar-se pelos demais países, pode-se dizer que a criação do Estado de Bem Estar Social (Welfare State), e que também pode ser entendido como doutrina Keynesiana⁶, tem como berço a Europa, porém só se realizou em países do polo hegemônico do capitalismo, não configurando pois, uma teoria hegemônica a nível mundial. De acordo com ARRUDA e PILETTI.

No ano de 1945 ganhou força no contexto pós- Segunda Guerra Mundial, período este de relativa prosperidade econômica do capital, principalmente a partir da percepção de que o livre jogo das forças de mercado conduzia a resultados socialmente injustos, o então governo do Partido Trabalhista, de tendência socialdemocrata estabeleceu que, independentemente de sua renda, todos os cidadãos tinham o direito de serem protegidos pelo Estado. Incluía-se nesse pacote de proteção uma previdência social organizada, um sistema nacional de assistência médica, com rede hospitalar disponível para todos, obrigava o Estado também a institucionalizar seguros que permitissem o pagamento em dinheiro ou serviços contra situações de dependência, citando como exemplo a velhice, invalidez, doenças diversas, licença maternidade, e o seguro contra desemprego, que garante ao trabalhador desempregado uma renda mínima. Esse tipo de organização se expandiu para alguns outros países dentre os quais Alemanha, Estados Unidos, França, Suécia (2001, p.417).

Os adeptos do Keynesianismo e do Estado de Bem Estar Social, isto é, da planificação social e intervenção estatal na economia, acreditavam que somente assim conseguiriam se organizar e se estabelecer econômica e socialmente. Sobre isso Moraes afirma que:

Na doutrina Keynesiana, o Estado manejaria grandezas macroeconômicas sobre as quais era possível acumular conhecimento e controle prático, regulando oscilações de emprego e investimento de modo a moderar crises econômicas e sociais [...] O chamado “consenso keynesiano” do pós-guerra parecia ter legitimado fortemente variadas formas de planificação, visando corrigir, através da ação política deliberada, os efeitos desastrosos das flutuações de mercado. Pode-se dizer que esse gerenciamento macroeconômico era na verdade conservador, buscando precisamente conter traços mais auto-destrutivos do capitalismo, isto é, sua tendência a crises cíclicas e progressivamente mais amplas, efeitos externos indesejados (falhas do mercado) e impasses políticos delicados (1997, p.18-19).

⁶ As teorias de John Maynard Keynes tiveram enorme influência na renovação das teorias clássicas no que tange a reformulação da política de livre mercado. Sobre isso consultar KEYNES. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda** (1936).

Contrário ao princípio liberal, da não intervenção do Estado na economia, o Estado de Bem Estar Social vinha a ser um conjunto de ideias que propunham a intervenção estatal na vida econômica e social. O Estado passaria a ser o agente “protetor” e organizador de todas as esferas políticas e sociais, o Estado (providência) fortaleceria a economia e facilitaria o acúmulo de riqueza, logo, o consumo.

De acordo com Lima e Sicsú, a respeito das proposições de Keynes:

Na teoria geral o economista inglês demonstrou consistentemente que uma economia de mercado, quando deixava ao livre jogo de suas forças, não tende a alcançar, permanecer ou mesmo retornar a posição de pleno emprego [...] Keynes destilou toda sua insatisfação teórica e prática com os cânones da visão econômica então oficial, a teoria clássica, mostrando que a chamada mão invisível do mercado é uma mera ficção (2003, p. xxviii)

Podemos entender a partir disso que o Estado de Bem Estar Social, constituía-se como um crítica direta ao liberalismo e a “mão invisível do mercado”. Assim, o consenso pós-Segunda Guerra, pela aderência ao Keynesianismo, reforçava o planejamento para tentar consertar as consequências desagradáveis ocasionadas pela livre flutuação do mercado até então praticada.

Tal política intervencionista ocasionou o aumento do espaço de atuação do Estado no conjunto da sociedade. As despesas do Estado supostamente começaram a aumentar mais quantitativamente do que em relação ao que se arrecadava de impostos, logo o Estado estaria gastando mais do que arrecadando. É sob este argumento que os princípios do liberalismo vão sendo retomados descaracterizando o Estado de Bem Estar Social, enquanto pressuposto para o equilíbrio econômico.

O Estado de Bem Estar Social perdurou até meados da década de 1970, a partir deste momento começa a ganhar espaço o neoliberalismo, corrente de ideias que propõe a redução dos gastos e também a limitação da intervenção assistencial do Estado.

De acordo com Vieira (2001,p. 21) o assim chamado neoliberalismo representou o liberalismo radical: um conjunto de ideias exposto pelo economista austríaco Frederich Von Hayek, que começou a desenvolvê-lo no

apogeu da social-democracia e do Keynesianismo. Nessa época, Hayek exaltou a eliminação de barreiras entre os mercados, submetendo a economia e os direitos sociais às suas leis. Para ele, o mercado era entendido como mercado natural, criação da natureza e não criação da sociedade. A lei da oferta e da procura fazia parte da essência humana e a naturalização do mercado se incumbia de dar racionalidade à sociedade.

Para os neoliberais, embora a assistência social não seja tarefa do Estado, é um problema pelo livre jogo das forças de mercado. Segundo MORAES:

No início dos anos 70, a reforma monetária cambial norte-americana dava o sinal: o dólar não teria mais conversão automática em ouro. Em 1974, registrava-se pela primeira vez a estagflação – para o conjunto dos países capitalistas desenvolvidos, juntavam-se inflação alta e estagnação. Mas ainda seriam necessários alguns anos de crise e insistente pregação para que o novo ideário impusesse sua hegemonia. Em 1979, Margaret Thatcher conquista a Inglaterra. Em 1980 é vez de Reagan, nos EUA. Em 1982, Helmut Kohl, na Alemanha (1997, p.21).

A partir desse ponto significaria que o neoliberalismo deixa de pertencer somente ao campo da teoria passando para o espaço político e econômico⁷. Se no século XVIII o velho Liberalismo havia se posicionado contra o estado interventor mercantilista, o engendramento do neoliberalismo⁸ buscava fazer a mesma coisa, mas agora no intuito de enfraquecer o Estado de Bem Estar Social. Com relação a essa investida “difamatória” neoliberal ao Estado providência, Moraes ressalta:

Os novos cruzados da livre-iniciativa pretenderam desde logo construir um análogo daquele mundo, para justificar seu combate e apresentá-lo como continuação de uma respeitável campanha anti-absolutista. Os inimigos agora recebem outros trajes, mas revelariam taras ancestrais e perversões reiteradas. Um desses inimigos é o conjunto institucional composto por Estado de Bem Estar Social, planificação, intervenção estatal na economia, tudo isso identificado com a doutrina keynesiana (1997, p.16).

Sob a ótica do neoliberalismo, o conjunto de medidas constituído pelo Estado de Bem Estar Social institucionalizou a economia, a providência e

⁷ Fazemos uma ressalva aqui para destacar que todo esse processo histórico não foi linear, mas sim contraditório e de desenvolvimentos desiguais articulados.

⁸ As políticas neoliberais começaram a ecoar com mais veemência a partir dos anos 1980, mas a proposição do padrão de Estado neoliberal se delineia já a partir da década de 70 com a crise do Estado de Bem Estar Social.

assistência social, a saúde, as corporações e sindicatos, ou seja, onerou o Estado, tal medida tem impacto negativo direto no processo de acumulação privada, e o Estado tendo que arcar financeiramente com todo o conjunto social, iria à bancarrota, pois tais “investimentos” não retornariam para o mesmo (ARRUDA E PILETTI, 2001 p.416).

Na perspectiva neoliberal na Teoria da Desigualdade Produtiva desenvolvida por Hayek a partir dos anos 40, não haveria nada mais improdutivo do que a igualdade [...] para o neoliberalismo a desigualdade gerava competição, e a competição geraria qualidade e a quantidade aumentaria a riqueza. A sociedade transformar-se-ia em uma sociedade livre e, ao mesmo tempo unida, sem pobres. O mercado faria tudo (Vieira, 2001, p.21).

A respeito das diferenças entre liberalismo e neoliberalismo, Petras afirma que:

O liberalismo e suas doutrinas de livre comércio combateram as restrições pré-capitalistas. **O neoliberalismo** luta contra o Estado de bem-estar social. Não obstante ambos defenderem as economias exportadoras, especializadas em produtos de suas “riquezas naturais” sob **o liberalismo** isso envolvia o desmantelamento das unidades agrícolas auto-suficientes [...] enquanto que **os neoliberais** de hoje prejudicam a indústria nacional, pública e privada. No início **os liberais** abriam mercado; agora **os neoliberais** mudam do mercado doméstico para o externo minando as bases dos mercados locais para atender os consumidores internacionais [...]. **O liberalismo** foi forçado pelo movimento a aceitar a legislação trabalhista, a previdência social e as empresas públicas; **o neoliberalismo** prejudica o movimento trabalhista, elimina a legislação social e representa um retorno à fase inicial do liberalismo, anterior à existência dos sindicatos e dos partidos de trabalhadores. O neoliberalismo desfaz a complexa sociedade urbano-industrial suas regras sociais, mercados domésticos e circuitos financeiros (1997, p.16 e 17).

Podemos compreender então que o discurso e a prática da ideologia neoliberal, tal como no liberalismo se posiciona contra a intervenção do Estado nos rumos da economia, defendendo a total liberdade do mercado, pressuposto básico para a garantia do desenvolvimento econômico e igualdade social.

O neoliberalismo advoga em defesa da desregulação, privatização, e abertura comercial. Esses pressupostos em termos práticos significam um afastamento do Estado no que diz respeito a políticas sociais, enfatiza também

mínima participação estatal nos rumos da economia de uma nação, pouca intervenção do governo no mercado de trabalho, políticas de privatização de empresas estatais, livre circulação de capital internacional e, abertura da economia para a entrada de multinacionais, leis e regras econômicas mais simplificadas para facilitar o funcionamento das atividades econômicas, logo, desburocratizando o Estado e incentivando assim o aumento da produção, o consumo e o acúmulo privado, objetivos básicos para atingir o desenvolvimento econômico.

É ancorado sobre a ideologia do desenvolvimento econômico no contexto da globalização, que o neoliberalismo constrói seu argumento para explicitar uma suposta ineficiência do Estado, perante a essa “nova realidade” global, logo, seria necessário reformá-lo.

Na próxima seção, abordamos a relação existente entre o movimento ideológico do neoliberalismo e as justificativas para a Reforma do Estado que resultam em uma determinada perspectiva para as políticas sociais.

1.4 Reforma do Estado e neoliberalismo

Na América Latina o neoliberalismo começou a tomar corpo já no final dos anos 80, porém nos deteremos aqui a discorrer sobre este modelo de política no que se refere aos seus lastros no Brasil, como ajuste para a assim chamada globalização⁹. Sobre isso Vieira explica que:

O termo “globalização” sugere universalização das atividades econômicas, sociais e culturais. Ele alude à inserção econômica, social, política e cultural dos países no mercado internacional, nas trocas econômicas, políticas, sociais e culturais existentes no restante do mundo [...]. Esse tipo de ideologia propagada periodicamente na sociedade brasileira teve uma característica fundamental: países como o Brasil estão sempre procurando ser contemporâneos do seu tempo, preocupam-se em banir a sensação de retardamento. Então de tempo em tempo, sucede uma febre de modernização: o Brasil tem que ser igual aos Estados Unidos da América e a Europa Ocidental, tem que ser contemporâneo da história deles. Há uma necessidade real, mas ela vira uma proposta ideológica à medida que não é vista historicamente (2001, p.25)

Esse modelo de Estado neoliberal se consolida no Brasil a partir de meados da década de 1990, mesmo não havendo linearidade. A crise da sociedade capitalista começa a ser apontada pelo neoliberalismo, como sendo uma crise advinda do Estado, este é o principal culpado por essa crise, e para saná-la fazia-se necessária uma reforma do aparelho do Estado. Luiz Carlos Bresser Pereira ministro autor da reforma no governo de Fernando Henrique Cardoso, afirmou em texto publicado em 2001:

[...]. A reforma Gerencial da administração pública brasileira, iniciada em 1995, pode ser considerada um projeto bem sucedido, principalmente em termos de definição institucional. As principais mudanças legais previstas foram transformadas em leis: a reforma constitucional, que ficaria chamada de “reforma administrativa”, foi aprovada praticamente na forma proposta pelo governo, flexibilizando o regime de estabilidade e revogando o regime jurídico único; as agências reguladoras foram criadas e dotadas da autonomia prevista para agências executivas. **Além disso, as organizações sociais – destinadas a executar serviços sociais e científicos que o Estado deve financiar, mas não necessariamente executar, por não se tratar de atividades exclusivas dele** (BRESSER PEREIRA, 2001, p.29, grifos nossos).

A Reforma do Estado não é uma orientação mundial no contexto do chamado ajuste estrutural. Zanardini (2007) deixa claro que, a reforma do

⁹CARCANHOLO (2002) em seu artigo Liberalização e fragilidade financeiras: a vulnerabilidade como restrição ao crescimento, aborda de forma mais específica o neoliberalismo no que se refere ao seu contexto de engendramento enquanto ideologia pró-globalização.

Estado é orientada pelas proposições de alguns organismos multilaterais, tal como o Banco Mundial, que, ao encarregar-se da materialização de uma dada política econômica e social, aparece preocupado com a incapacidade de investimento e gestão do Estado. Para responder a esta preocupação, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD publicou, em 1997, um relatório sobre o desenvolvimento mundial com o título “O Estado num mundo em transformação”, no qual afirma a necessidade de um Estado efetivo, capaz de superar os limites que o modelo anterior impôs para sua capacidade de gerar desenvolvimento.

Diante das justificativas da ideologia neoliberal para a reforma pode-se citar que, tinha-se uma “preocupação” com a superação de uma suposta ineficiência da “máquina estatal”, havia a necessidade de uma nova racionalidade, a implementação da “modernização” na administração do Estado, pois este estava tendo gastos excessivos com os direitos sociais, e era ineficiente para atuar nos setores econômicos e sociais.

Moraes chama atenção para algumas propagandas apresentadas na televisão na década de 90 no Brasil, as quais faziam as seguintes analogias ao Estado:

[...] paquiderme balofo e abobalhado, seria submetido a regime de emagrecimento e ginástica, voltando esbelto e fagueiro, para cuidar das crianças e dos idosos (1997 p.22).

Para o modo hegemônico de produção, é interessante um Estado que supostamente seja mais flexível, com controle de resultados, e maior valorização de aspectos subjetivos. Todo esse movimento seria necessário ao controle do novo processo produtivo, pautado na chamada acumulação flexível¹⁰.

A reforma do Estado deve antes de tudo, ser compreendida partindo da análise da essencialidade do Estado em geral e particularmente do Estado Burguês, para o sistema do capital. Como afirma Mészáros (2003, p. 29): “[...] o sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado”.

¹⁰ A esse respeito sugerimos a leitura de Harvey (2005).

Desse modo, a base de sustentação desse Estado tem em vista a reprodução e manutenção das relações capitalistas de produção para as quais o Estado é indispensável.

Considerando o pressuposto da necessidade e a essencialidade do Estado, particularmente do Estado burguês para o sistema do capital, reformá-lo sempre que as condições objetivas o exigirem, significa rever entraves e fatores de ineficiência para a reprodução desse modelo social. Para MÉSZÁROS:

[...] o Estado se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmo e nas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediato e abrangente. (2002, p.109).

Ou seja, é preciso, no contexto da crise estrutural do capital, lançar mão de mecanismos de controle social, como os presentes no quadro da reforma do aparelho estatal (ZANARDINI, 2008, s/p).

A reforma do Estado pauta-se, segundo Mézszáros na valorização da *mitologia do mercado*, o autor explica que:

A condição material necessária para afirmar com sucesso o imperativo estrutural expansionista do capital é a constante extração do trabalho excedente de uma forma ou de outra, de acordo com as mudanças das circunstâncias históricas. No entanto, devido à determinação *centrífuga* dos constituintes reprodutivos econômicos do capital, sem levar em conta seu maior ou menor tamanho (chegando até as gigantescas corporações transnacionais quase monopolistas), eles são incapazes de realizar por si sós o imperativo estrutural do capital, pelo fato de lhes faltar a determinação *coesiva* essencial para a constituição e o funcionamento sustentável de um sistema sociometabólico. É este inexistente princípio coesivo ordenador dos constituintes econômicos básicos que é conceituado, até mesmo pelos maiores pensadores que enxergam o mundo do ponto de vista do capital, como a misteriosa “mão invisível” de Adam Smith e a “astúcia da Razão” de Hegel. É assim que surge a mitologia do mercado, não apenas como regulador suficiente, mas até como regulador global ideal do processo sociometabólico (2002, p. 120).

Desse modo, perante as crises cíclicas do sistema capitalista de produção por conta de sua própria ordem estrutural de funcionamento, se faz necessário uma reestruturação do Estado, isto é, uma reforma, que abrangeria todas as ações e instituições correlacionadas ao mesmo, visto que, se a suposta crise

difundida era advinda de um Estado assoberbado e burocrático demais, era necessária a ideológica reforma. Para tal, visavam à lógica de mercado em todos os “setores” do estado inclusive no campo das políticas sociais, que inclui a educação.

Nesse sentido, na perspectiva neoliberal as condições de legitimação para a reforma do aparelho do Estado estavam bem cimentadas. As formas de intervenção do Estado são revistas e o manual do liberalismo clássico é instaurado novamente, trazendo consigo a lógica do livre mercado, a descentralização do “poder” do Estado, para que com isso possa se desburocratizar, e “fluir” de acordo com os interesses mercantis.

Alertamos que não é nosso objetivo tratar dos pormenores da Reforma Gerencial do Estado, apenas fizemos referencia aqui para explicitar as justificativas neoliberais que supostamente viriam melhorar a capacidade de regulação do Estado, ocasionando com isto, o afastamento deste no que diz respeito às políticas sociais, se convertendo apenas em medidas focalizadas e atenuantes.

Faleiros (1980 p.41) afirma que, as políticas sociais conduzidas, hoje, pelo Estado, aqui compreendido não somente como Estado Nação, mas sim como instituição organizadora da sociedade, representa um resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Elas são o resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução dela. Esta contradição é dissimulada pela perspectiva liberal, que apresenta estas medidas como instrumentos de igualdade social, de melhoramento do bem-estar, de igualdade de oportunidades. As intervenções do Estado neste setor são explicadas pela relação existente entre sociedade civil e o órgão do poder que esta sociedade concreta proporciona. Nas sociedades capitalistas avançadas, estas medidas de política social, são mediações para reproduzirem a força de trabalho, segundo o projeto da fração hegemônica da burguesia: burguesia monopolista. Entretanto, essas mediações realizadas pelo Estado se limitam e dinamizam pela força da dominação desta burguesia, e pelas contradições e as exigências das diferentes frações da burguesia e pela força dos movimentos das classes

subordinadas, de sua capacidade de obter concessões e/ou de constituir alternativas concretas ao poder existente.

Deste modo, na tentativa de minimamente tentar abordar esse processo histórico de desenvolvimento no que se refere à ideologia liberal a serviço do capital enquanto sistema hegemônico, bem como suas contradições, a próxima seção abordará o processo histórico da emergência do novo desenvolvimentismo, faremos isso tomando por base teórica o intelectual brasileiro Luiz Carlos Bresser Pereira, principal nome desta perspectiva teórica no Brasil e que dispõe de vários escritos sobre o tema, bem como das análises de Castelo Branco e Carcanholo que tem se debruçado sobre a análise desta tendência do neoliberalismo.

1.5 Novo Desenvolvimentismo e neoliberalismo no Brasil: Alguns aspectos

Nessa seção nos dedicaremos à apresentação de algumas considerações acerca das justificativas socioeconômicas do sistema capitalista, no que diz respeito a sua readequação para a incorporação de um novo modelo de desenvolvimento do capital no Brasil, o modelo do novo desenvolvimentismo ou como preferem chamar alguns autores, neodesenvolvimentismo que se proclama em grande medida como um projeto ideológico de desenvolvimento nacional, supostamente com fins divergentes aos da ideologia do neoliberalismo.

O principal defensor dessa corrente ideológica neodesenvolvimentista o ex – ministro Bresser-Pereira (2006), faz um resgate na história explicando o processo histórico de engendramento do desenvolvimento econômico no mundo, argumentando que o desenvolvimento econômico é um processo histórico de acumulação de capital e de aumento da produtividade por que passa a economia de um país levando ao crescimento da renda e a melhora nos padrões de vida da população. Salienta ainda que, o quadro econômico social em que foi gestado o processo histórico do desenvolvimentismo se iniciou ainda na Revolução Capitalista, com as transformações pelas quais passaram os países europeus na formação dos modernos Estados – nação. Enfatizando inclusive que:

Terminada a Revolução Capitalista, o desenvolvimento, continua a ocorrer nesses países e se estende para novas levas de estados-nação porque o capitalismo é intrinsecamente dinâmico (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.203).

Em seus escritos no sentido de tentar explicitar os fundamentos do processo histórico do desenvolvimento econômico, Bresser-Pereira, cita Celso Furtado e sua proposição a respeito do processo de desenvolvimento econômico, o qual afirma que o processo de desenvolvimento econômico se constitui em dois momentos históricos que estão intimamente relacionados com o processo de racionalização que caracteriza o mundo moderno os quais seguem:

Em um primeiro momento, a racionalidade se define pelo objetivo econômico com clareza (o lucro), pela definição da acumulação de capital como meio de atingi-lo. Esse é o momento da Revolução Comercial. Em um segundo momento, com a Revolução Industrial, a

racionalidade se expressa em um meio mais especificamente racional de alcançar o lucro: aceleração do progresso torna a sistemática incorporação de novas tecnologias e conseqüentemente aumento da produtividade, uma condição de sobrevivência das empresas. Em outras palavras o que hoje chamamos de desenvolvimento econômico configura-se pela primeira vez historicamente. E definia-se a estratégia de alcançá-lo (2006, p. 205-206).

Bresser-Pereira (2006) faz uma ressalva de que no recorte temporal entre esses dois momentos históricos há também um terceiro momento que se coaduna a eles. A Revolução Nacional, ou mais precisamente, a formação dos estados nacionais. É a partir do momento em que as nações se dotam de estados e formam estados-nação que a industrialização se viabiliza. Assim:

São os estados-nação e seus governos que serão os condutores do processo de desenvolvimento, através da definição de instituições necessárias ao desenvolvimento capitalista, como a garantia da propriedade e dos contratos, a proteção da indústria nacional, e os mais variados sistemas de estímulo ao investimento produtivo, e também através da institucionalização da educação pública universal que permitirá o aumento da produtividade em toda a economia. São os empresários que, ao nível de cada empresa, irão fazer a diferença através da atividade inovadora visando obter vantagens monopolísticas principalmente pela incorporação sistemática de progresso técnico à produção. Em todo esse processo, através de um demorado processo de institucionalização política e econômica, empresários, a burocracia do estado e políticos eram os grupos sociais chave no processo da definição de estratégias nacionais de desenvolvimento que iam mudando à medida que mudavam as características estruturais da economia e da sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.206).

Bresser Pereira enfatiza que, o desenvolvimento econômico é assim, um fenômeno histórico relacionado, de um lado, com a formação dos estados nacionais ou estados-nação, e, de outro, com a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital, realizada no âmbito de mercados relativamente competitivos. Ou seja:

É um fenômeno relacionado com o surgimento das duas instituições fundamentais do novo sistema capitalista: o estado-nação e os mercados. Em cada estado-nação ou estado nacional teremos uma nação e um estado. Entende-se aqui por nação uma sociedade que compartilha um destino comum, e por estado, a organização com poder para definir e exigir o cumprimento da lei ou do direito (que é constituinte do próprio estado). Em cada estado-nação o estado é o instrumento de ação coletiva que a nação usa para promover seus objetivos políticos. O mercado, por sua vez, é a instituição que, através da competição, coordena a divisão do trabalho e a alocação dos recursos produtivos. Os mercados existiram antes dos estados nacionais, mas os mercados modernos são socialmente constituídos:

são organizados e regulados pelos estados nacionais a nível nacional e internacional (2006).

Nesse quadro, o estado é a matriz das demais instituições formais de um estado-nação; os mercados e o dinheiro são as duas instituições econômicas por excelência. O desenvolvimento econômico é um dos objetivos estratégicos das nações capitalistas modernas, que elas alcançam através da combinação estratégica dessas instituições (BRESSER-PEREIRA, 2006 p.207).

Por isso enfatiza que, para haver o desenvolvimento econômico é essencial que:

O estado seja forte, ou seja, que tenha legitimidade política e capacidade para cobrar impostos e impor a lei. Para que o estado seja forte, não é necessário que seja grande. [...]. Construir estados capazes de lograr uma relativa igualdade, sem que percam a flexibilidade e a energia necessárias, é um desafio que as sociedades democráticas modernas enfrentam. O neoliberalismo, com sua absoluta ênfase na redução do tamanho do estado, enfraqueceu-o, ao invés de fortalecê-lo como seria necessário (BRESSER-PEREIRA, 2006 p. 207).

Assim, diante dos argumentos explicitados, Bresser-Pereira (2006) deixa claro, sob sua perspectiva, o que é o desenvolvimento econômico, bem como seu objetivo:

O desenvolvimento econômico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante visando à melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional resultante da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção. [...]. Enquanto fenômeno histórico é um processo próprio do capitalismo e da formação dos estados nacionais. [...]. No processo de desenvolvimento econômico existe um objetivo geral: a melhoria do padrão de vida da população. O desenvolvimento econômico, portanto, é um processo histórico voltado para um objetivo claro. Um objetivo que não é meramente retórico, ainda que, em cada país, os ricos e a classe média estejam mais preocupados com o seu padrão de vida do que com o de toda a população. (p. 209-213)

Bresser – Pereira conclui assim que:

O desenvolvimento econômico decorre tanto da acumulação de capital físico quanto humano, que mantêm entre si uma certa proporcionalidade técnica: quando um se torna excessivo em relação ao outro, tende a ocorrer o desemprego. Como tendência geral, porém, o segundo tende a prevalecer sobre o primeiro na medida em que nos países desenvolvidos existe uma relativa abundância de capital físico, enquanto se verifica uma relativa escassez de capital humano, apesar dos enormes investimentos em educação. Já em países de desenvolvimento médio, como o Brasil, a escassez é dos dois tipos de capital.

Apresentados até aqui o contexto histórico no qual se desenvolve o processo de criação do desenvolvimento econômico, seus pressupostos e objetivos, procuraremos agora tecer algumas considerações acerca do novo desenvolvimentismo.

Procurando construir argumentos para justificar a adoção do novo desenvolvimentismo como estratégia para o desenvolvimento econômico do Brasil, diferente das alternativas neoliberais já apresentadas, Bresser-Pereira afirma que:

Em uma época de globalização e democracia, a competição econômica generalizou-se mundialmente, compreendendo não apenas empresas comerciais, mas Estados-nação, de tal forma que a reeleição de políticos depende agora do sucesso que obtiverem em promover o crescimento econômico e em reduzir desigualdade econômica, Assim, embora os Estados-nação tenham se tornado mais interdependentes e precisem cooperar entre si tanto para alcançar objetivos comuns como para definir as regras da competição, o papel das estratégias nacionais de desenvolvimento e dos Estados nessa competição tornou-se não menos, mas mais estratégico do que era antes da globalização(BRESSER-PEREIRA, 2011). O mesmo autor ressalta ainda que:

A ortodoxia convencional insiste em identificar o desenvolvimentismo com o populismo – o que não faz sentido. O nacional-desenvolvimentismo foi a estratégia que regeu o desenvolvimento do Brasil entre 1930 e 1980 – um período de enorme crescimento e transformação da economia brasileira. A crise dos anos 80, porém, coincidiu com o início da onda ideológica globalista e neoliberal que vinha do Norte, e facilitou sua penetração no Brasil. Em 1986, com o Plano Baker, de 1986, a ortodoxia convencional foi transformada em ‘estratégia de desenvolvimento’ definida pelo governo dos Estados Unidos e suas agências. Era o Consenso de Washington com suas propostas de reformas, várias delas razoáveis se fossem entendidas como visando enfrentar a crise da dívida externa e a crise fiscal do Estado. Já nessa época, porém, era possível interpretar o discurso dos seus ideólogos como uma forma de debilitar os estados nacionais dos países em desenvolvimento, que, desde os anos 70, com sua mão-de-obra barata, e suas exportações de manufaturados, ameaçavam os países ricos (2004, p.1).

Buscando diferenciar o novo desenvolvimentismo do “antigo” nacional desenvolvimentismo o teórico advoga que desenvolvimentismo é estratégia nacional de desenvolvimento, nesse sentido, segundo ele o Brasil precisa de

um novo desenvolvimentismo, não que o “antigo” fosse equivocado, mas porque se encontrava em um estágio de desenvolvimento pretérito, isto é, era necessário pensar em algo voltado para o contexto contemporâneo. As principais diferenças entre o novo desenvolvimentismo e o nacional desenvolvimentismo, segundo ele poderiam ser evidenciadas por três características:

1ª O antigo desenvolvimentismo estava baseado no modelo de substituição de importações e, portanto, na proteção da conta comercial. Hoje, os grandes protecionistas são os países ricos. Ao Brasil interessa continuar a abrir sua conta comercial, embora de uma forma negociada, com a devida reciprocidade, para poder exportar. **2ª** Brasil já tem uma infra-estrutura econômica razoavelmente instalada, de forma que não há mais necessidade de o Estado investir diretamente em indústrias como a siderúrgica ou a petroquímica, que o setor privado pode conduzir melhor. **3ª** Terceiro, a preocupação com a estabilidade macroeconômica é hoje mais necessária do que no passado devido à instabilidade causada pelos fluxos de capital internacionais. (BRESSER-PEREIRA, 2004 p.2, grifos nossos).

Já em relação às diferenças entre o novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional, isto é, as estratégias neoliberais, segundo Bresser-Pereira (2004) é muito mais profunda, uma vez que para ele o novo desenvolvimentismo se configura literalmente em uma estratégia de desenvolvimento, enquanto que a ortodoxia convencional seria uma estratégia de “chutar a escada” no sentido de desorganizar os estados nacionais dos países que concorrem na arena global com mão de obra barata. Outro ponto divergente seria no que se refere à definição de estabilidade macroeconômica, ao contrário da ortodoxia convencional, que se preocupa apenas com a inflação e o equilíbrio fiscal, o novo desenvolvimentismo está preocupado também com o equilíbrio do balanço de pagamentos, e com um razoável pleno emprego.

A ortodoxia convencional quer independência para o Banco Central, que deve ter como única responsabilidade o controle da inflação, enquanto o novo desenvolvimentismo considera a atual autonomia já suficiente, e quer que a lei defina que o Banco Central, como seu congênere americano, tenha duas responsabilidades e não uma: além do controle da inflação, a manutenção do emprego. Há apenas um ponto em que as correntes estratégicas se convergem, tanto o neodesenvolvimentismo quanto a ortodoxia convencional

são favoráveis ao equilíbrio fiscal, porém divergem novamente quanto ao motivo:

Enquanto os primeiros querem, com isso, fortalecer o Estado no plano fiscal, os segundos estão essencialmente preocupados com a possibilidade de pagamento aos credores. É por essa razão que o novo desenvolvimentismo quer minimizar o déficit público, enquanto que a ortodoxia convencional visa um superávit primário que mantenha estável a relação dívida pública/PIB (BRESSER-PEREIRA, 2004 p.3).

Nesse sentido o intelectual defende que o desenvolvimento econômico exige uma estratégia nacional de desenvolvimento. De acordo com o ex-ministro, historicamente, países que conseguiram alcançar o nível de desenvolvimento das nações ricas adotaram estratégias de desenvolvimento nacional ou de competição nacional. Essas estratégias seriam um conjunto de valores, ideias, leis e políticas orientadas para o desenvolvimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 2011, p.29).

Dando sequência em seu raciocínio Bresser-Pereira (2011), esclarece que “[...] com uma estratégia nacional de desenvolvimento seria possível abranger o conjunto da sociedade, ou **parte dela**; iluminando a todos um caminho a ser trilhado e estabelece certas diretrizes bem gerais a serem observadas” (p. 30, grifos nossos).

Sustentado por esses argumentos é que Bresser-Pereira defende/propõe uma estratégia nacional de desenvolvimento, sob a alcunha de novo desenvolvimentismo que para ele se expressa como:

[...] Substancialmente mais austera e responsável e leva a uma taxa de crescimento substancialmente maior do que aquela proporcionada pela ortodoxia convencional (BRESSER-PEREIRA, 2011, p.77).

Contudo o teórico atenta para a dificuldade que é do convencimento da sociedade sobre a opção do novo desenvolvimentismo como estratégia superior a ortodoxia convencional, ou seja, o neoliberalismo.

No caso do Brasil, o novo desenvolvimentismo fez progressos substanciais nos últimos dez anos, mas ainda não se tornou hegemônico na sociedade civil. Já é dominante entre os empresários industriais, mas caminha devagar no restante da sociedade civil. Por várias razões. Primeiro, porque estas novas ideias apenas começam a ser conhecidas por seus líderes. Segundo, porque os brasileiros, estigmatizados pela alta inflação que prevaleceu entre 1980 e 1994, consideram boa qualquer política que assegure a estabilidade dos

preços – coisa que a ortodoxia convencional do Banco Central está conseguindo. Terceiro, porque a hegemonia ideológica do Norte neoliberal e globalista sobre a sociedade brasileira ainda se mantém de pé. Destas três causas, esta é a principal. As elites intelectuais nos países em desenvolvimento são ambíguas em relação a questão nacional. Não são intrinsecamente dependentes, como afirmou a teoria da dependência, mas são nacional-dependentes: como sugere esse oximoro, ora se identificam com a nação, ora se associam de maneira subordinada ao império (BRESSER-PEREIRA, 2011, p. 83-84).

O mesmo autor justifica no excerto que segue abaixo extraído de uma entrevista concedida a Graziela Wolfart, da *Revista do Instituto Humanistas Unisinos* (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) a importância da implementação do novo desenvolvimentismo em detrimento as práticas neoliberais no que tange a conjuntura da política econômica.

O desenvolvimentismo é a ideologia do desenvolvimento econômico dos países retardatários, que realizaram ou realizam sua revolução nacional e industrial depois que os países mais avançados se industrializaram e se tornaram imperialistas; é a estratégia que usam os países retardatários para se industrializar e alcançar os níveis de renda dos países ricos; é a alternativa à proposta liberal e dependente que, como vimos na sua última versão, o Consenso de Washington, não promove o desenvolvimento econômico, mas a instabilidade financeira e o aumento da desigualdade. No Brasil, o nacional--desenvolvimentismo foi a estratégia dominante entre 1930 e 1980, e teve êxito em promover a Industrialização ou, mais amplamente, a revolução capitalista do país. (BRESSER-PEREIRA, 2012, s/p).

Em outra entrevista também no ano de 2012, mas agora para a jornalista Flávia Dourado, do IEA (Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo) Bresser Pereira, esclarece as principais diretrizes da estratégia novo-desenvolvimentista, enfatizando a importância do Estado na criação de oportunidades de investimento e a necessidade de uma coalizão de classes nacionalista, que mobilize empresários, burocracia pública e trabalhadores em torno do desenvolvimentismo.

Os países em desenvolvimento têm duas estratégias possíveis: a desenvolvimentista ou a liberal-dependente. A única que é compatível com o catching up ou alcance é a desenvolvimentista. É uma estratégia que está baseada em uma coalizão de classes voltada para o desenvolvimento, é nacionalista, atribui um papel estratégico ao Estado, e procura criar oportunidades de investimentos lucrativos para os empresários. Enquanto coalizão de classes busca associar empresários, burocracia pública e trabalhadores, e se opõe à coalizão liberal-dependente formada por capitalistas rentistas, financistas e interesses estrangeiros ou o Ocidente. Seu nacionalismo é exclusivamente econômico: em síntese, o desenvolvimentismo é o

nacionalismo econômico bem pensado. Ao atribuir um papel estratégico ao Estado, entende que ele deve realizar uma política macroeconômica e uma política industrial que estimule os empresários a investir, ao mesmo tempo em que se responsabiliza por cerca de 20% dos investimentos totais; e também que o Estado deve ter um papel central no oferecimento dos grandes serviços sociais e científicos que constituem um Estado democrático social. (BRESSER-PEREIRA, 2012, s/p)

Para ele o novo desenvolvimentismo é a opção no que diz respeito à redução das desigualdades sociais, definindo-o como uma estratégia que coloca o desenvolvimento nacional como objetivo central, levando em consideração a grande dívida social brasileira pela grande concentração de riqueza presente no país (BRESSER-PEREIRA, 2003). De acordo com o mesmo:

Enquanto esta heterogeneidade persistir, enquanto as diferenças sociais não forem reduzidas, enquanto a sociedade não se tornar mais homogênea, apenas um pacto político orientado ao desenvolvimento, que dê sentido à ação política, será capaz de dar legitimidade aos governantes (2003, p.394).

Tais argumentos permite-nos entender assim que nessa perspectiva o novo desenvolvimentismo seria a “solução”, para os efeitos colaterais ruins da sociedade capitalista.

Para Castelo Branco (2009, p. 74) o engendramento do modelo do novo-desenvolvimentismo se fez as bases de uma expectativa por um governo progressista no Brasil, frente a uma suposta ineficiência e esgotamento do projeto neoliberal. Como o próprio autor conceitua, o novo-desenvolvimentismo seria uma terceira via, isto é, mais uma alternativa frente às políticas neoliberais.

[...] O objetivo dos novo-desenvolvimentistas nos parece claro: entrar, como uma espécie de Terceira Via, na disputa pela hegemonia ideopolítica para a consolidação de uma estratégia de desenvolvimento alternativa aos modelos em vigência na América do Sul, tanto ao “populismo burocrático”, representado por setores arcaicos da esquerda e partidários do socialismo, quanto à ortodoxia convencional, representada por elites rentistas e defensores do neoliberalismo. [...] O principal objetivo dos novo-desenvolvimentistas é delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado a uma melhora substancial nos padrões distributivos do país. A consecução deste objetivo passa, necessariamente, por um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na

“questão social”, principalmente no tocante à redução da incerteza inerente às economias capitalistas (CASTELO BRANCO, 2009, p.74).

Assim, a transição do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) para o de Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2009). Configura-se como o cenário ideal para a retomada no nacional desenvolvimentismo, mas agora recolocado sob a forma de Novo-Desenvolvimentismo no Brasil. Alves (2013a s/p) entende:

O neodesenvolvimentismo como sendo um novo projeto de desenvolvimento capitalista que surge com a crise do neoliberalismo no Brasil. Na verdade, trata-se de uma nova visão de desenvolvimento capitalista baseado na criação de um novo patamar de acumulação de capital por meio da ação do Estado capaz de criar, por um lado, as condições macroeconômicas para o crescimento da economia capitalista e, por outro lado, ao mesmo tempo, a ampliação do mercado interno por meio da redução da pobreza e políticas sociais redistributivistas focadas no subproletariado.

Podemos compreender assim que o novo desenvolvimentismo seria defendido como a alternativa possível frente às teorias de governança, isto é, teorias neoliberais já aplicadas e consideradas ineficazes para gerir o Estado brasileiro.

Para Alves (2013.a s/p), no Brasil o novo desenvolvimentismo se efetiva de maneira mais detida com a ascensão de Lula a presidência.

No Brasil, polo mais desenvolvido das economias latino-americanas e elo mais forte do imperialismo no Cone Sul, o novo projeto burguês de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo denominou-se “neodesenvolvimentismo” cujo primeiro ciclo histórico ocorreu sob o governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2008). Foi o ciclo do lulismo que se impôs como novo modelo de desenvolvimento burguês – o neodesenvolvimentismo – tão somente na última metade da década de 2000. Consideraremos o neodesenvolvimentismo como um novo bloco histórico de hegemonia burguesa no Brasil sob a direção do grande capital organizado.

Isso foi possível devido uma crise a nível mundial do modelo neoliberal e a vitória de Lula nas urnas aqui no Brasil. Sua eleição significaria a necessidade da incorporação de um novo modelo de desenvolvimento, supostamente não mais orientado pelos parâmetros neoliberais.

Porém, segundo Alves (2013b s/p) no primeiro governo Lula (2003-2006):

[...] se mantiveram os pilares da macroeconomia neoliberal visando acalmar os mercados financeiros e sinalizando de modo claro que o novo governo pós-neoliberal não tinha veleidades anticapitalistas.

Pelo contrário, o compromisso sagrado do novo governo era honrar os pagamentos com os credores da dívida pública, ninho do capital financeiro que suga cerca de 50% do orçamento público da União. O objetivo do lulismo demonstrou ser reorganizar o capitalismo no Brasil e não aboli-lo. Enfim, promover um novo choque do capitalismo nos moldes pós-neoliberais.

Em artigo nominado “O novo desenvolvimentismo e estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais na América Latina”, Amaral, Mota e Peruzzo (2011) discutem o contexto no qual se engendra o novo desenvolvimentismo, mostrando a adoção por parte do Banco Mundial, da noção de desenvolvimento bem como os pressupostos para sua efetivação os quais seriam remover as principais fontes de privação de liberdade, tais como: pobreza, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estado repressivo (AMARAL; MOTA; PERUZO, 2011 p. 4).

Segundo as mesmas autoras para que seja possível a concretização do novo desenvolvimentismo é necessário:

Um estado e um mercado fortes, capazes de permitir aos governos implementação de políticas macroeconômicas que possibilitem tanto medidas de promoção do pleno emprego, em contextos recessivos, quanto políticas industriais e de comércio exterior para estimular a competitividade da indústria e melhorar a inserção do país no comércio internacional (AMARAL; MOTA; PERUZO, 2011, p.4).

O pleno emprego está vinculado diretamente a uma fundamental transformação produtiva que resulte na elevação da produtividade da mão de obra e que dê sustentação a uma competitividade internacional autêntica, apoiada na incorporação de progresso técnico e em práticas gerenciais inovadoras (AMARAL; MOTA; PERUZO, 2011, p. 5).

Deste modo, emerge, sob o signo do novo-desenvolvimentismo, a ideologia do autoemprego, do empreendedorismo; dos negócios próprios; da necessidade de acumular um capital social robusto para ter acesso a outros recursos, da sustentabilidade. Tudo isso mediado pelo discurso das oportunidades e liberdade de escolha individual (AMARAL; MOTA; PERUZO, 2011 p.7). Além disso, do ponto de vista das autoras:

Está em curso um processo de *repolitização regressiva* da política que se faz com os argumentos antineoliberais, anti-imperialistas, porém, em defesa do nacional-capitalismo, cuja principal mediação não são reformas sociais com impacto na redistribuição da renda. A

intervenção social dos governos progressistas, vale dizer, nesses países em que a ideia de progresso se vincula a processos de modernização, sem que se alterem os pilares das relações sociais capitalistas, se dá nas políticas compensatórias de enfrentamento da pobreza, feitas com o uso de novas pedagogias de concertação de classes. (AMARAL; MOTA; PERUZO, 2011 p.7).

Peroni e Caetano (2012) destacam que movimentos como o desenvolvimentismo, social democracia e agora o Novo Desenvolvimentismo:

[...] acabam propondo reformas por dentro do capitalismo, ressaltando a governança, com pacto entre o mercado, o setor público e a sociedade, como se a sociedade fosse uma abstração, desconsiderando totalmente a agudização das contradições de classe no período atual de desemprego com a reestruturação produtiva e diminuição dos direitos sociais (PERONI; CAETANO, 2012).

Contrário, a toda essa diferenciação que tentam apresentar, entre políticas neoliberais e desenvolvimentistas e ou neodesenvolvimentistas Carcanholo (2015, p.12) afirma que as políticas neoliberais aplicadas no Brasil na década de 1990 são as mesmas que foram aplicadas no governo de Lula (2003-2009) e no primeiro mandato de Dilma (2011-2014), recorte temporal de nossa pesquisa.

Em outras palavras o que mudou em alguns momentos foi a conjuntura, mais favorável, que permitiu políticas econômicas menos convencionais. Mas isso não significa que se tratava de uma estratégia de desenvolvimento diferente da neoliberal. Isto permite entender, inclusive, como o chamado novo-desenvolvimentismo não é distinto do neoliberalismo (CARCANHOLO, 2015, p.9-11).

De acordo com (Carcanholo, 2015), ao contrário do que muitos pensam o neoliberalismo não é sinônimo de políticas econômicas ortodoxas, com redução de gastos para conter a demanda. Mas que se define, basicamente, por duas ideias: manutenção da estabilização macroeconômica e implementação de reformas estruturais pró-mercado. Mas não é necessário que a estabilização seja obtida com políticas econômicas ortodoxas, tudo depende do contexto internacional e da conjuntura.

Num momento de crise mais acentuada do capital, toma-se a opção pelo ajuste recessivo ortodoxo, já em uma situação mais amena são viáveis

políticas menos convencionais, desde que as reformas estruturais sejam mantidas e aprofundadas, assim funciona a estratégia neoliberal.

Carcanholo (2015 p.10) analisa as recentes experiências no Brasil, dialogando com o contexto da América Latina e da Europa, e afirma que a implementação de políticas sociais não elimina o caráter neoliberal, do modelo brasileiro. Argumenta que é inegável que o crescimento da economia no governo de Lula foi bem superior do que no atual contexto do governo Dilma, mas que isso ocorreu não porque foram aplicadas outras políticas econômicas e ou estratégias de desenvolvimento, mas sim por que o cenário mundial, isto é, o contexto internacional se modificou, a economia mundial cresceu muito mais do que antes, havia mercados internacionais de crédito em expansão e taxas internacionais de juros muito baixas, isso fez com que as exportações do Brasil principalmente produtos primários crescessem fortemente, gerando um saldo positivo na balança comercial e nas transações correntes.

Mas mesmo esse cenário favorável à ideologia do desenvolvimento econômico, não significaria a emergência do Brasil da condição de país dependente, pelo contrário. Carcanholo (2015p. 12), ratifica que a economia brasileira só cresceu mais porque o país aprofundou sua dependência a nível internacional, uma vez que mesmo com o saldo positivo, era preciso financiar o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública.

Para o economista, neodesenvolvimentismo, ou qualquer que seja a nomenclatura que se queira dar para essas experiências, são falsas alternativas ao neoliberalismo. O neoliberalismo não é avesso a políticas sociais, pensar nesse sentido seria um profundo desconhecimento do que é neoliberalismo, então não é a mera existência destas que o nega, evidentemente que não se trata de políticas generalizadas, que contrariem a lógica capitalista de acumulação. Trata-se de políticas focalizadas, temporárias que procuram minimizar os efeitos sociais que podem advir da implementação das reformas estruturais. Mas essas reformas são necessárias e, no longo prazo, tornam as políticas sociais desnecessárias. Por isso elas são temporárias e focalizadas.

No que segue, o autor faz uma ressalva acerca do engajamento de políticas neoliberais.

[...]. Não se pode acreditar que todas as experiências na América Latina foram iguais e não representaram enfrentamentos ao neoliberalismo. Claramente, em maior ou menor grau, Venezuela, Bolívia e Equador procuraram, com todas as contradições e limites, enfrentar e romper com algumas reformas estruturais neoliberais. Os outros, Brasil entre eles, em nenhum momento se propuseram a isso. Ao contrário, tratou-se de aprofundar as reformas, ao mesmo tempo em que políticas sociais focalizadas e compensatórias faziam seu trabalho: compensar de forma focalizada. Bem adequado à ideologia neoliberal (CARCANHOLO, 2015, p.15).

Para apreendermos a utilidade do neoliberalismo para determinado governo precisamos apontar que o capitalismo é por característica um sistema concentrador de renda e riqueza; e que o neoliberalismo aprofunda a lógica concentradora de renda e riqueza, o que ocorre desde os anos 1990. E isso diz muito sobre a lógica concentradora de renda e riqueza que é característica do capitalismo e se aprofunda como estratégia neoliberal. É uma manifestação econômica e social de como esse sistema é extremamente concentrador e que, portanto, qualquer discurso paliativo é insuficiente (CARCANHOLO, p.15).

O que ocorre é que apesar dos teóricos defensores do novo desenvolvimentismo, procurarem diferencia-lo do neoliberalismo e ou da ortodoxia convencional, bem como do antigo nacional desenvolvimentismo, fato é que todas essas teorias convergem para a fonte do velho liberalismo do século XVIII. Isso fica mais claro quando Castelo Branco explica que:

Em primeiro lugar, o novo-desenvolvimentismo defende a tese do Estado burguês como complementar ao mercado e promotor do bem-estar universal, sendo o Estado considerado um ente político-administrativo universal, acima dos interesses particulares das distintas classes sociais. Desta forma, fazem um retorno explícito e direto ao antigo nacional-desenvolvimentismo, no qual se advogava a conciliação entre capital e trabalho tendo em vista o “interesse nacional”, abstrata e voluntariamente colocado acima dos conflitos antagônicos de classe. (CASTELO BRANCO, 2009, p.78)

E tal qual falavam os nacionaldesenvolvimentistas, o Estado deve operar em comunhão com a burguesia industrial e os trabalhadores, pois, supostamente, ambos teriam a ganhar sob o signo da acumulação capitalista em base produtiva. Desta forma, o Estado agiria como um agente da mudança social em nome dos interesses da vontade coletiva, e não em favor de um

grupo ou classe social particular, como é tradição do Estado brasileiro. (CASTELO BRANCO, 2009, p.79)

Os novo-desenvolvimentistas estruturam toda a sua argumentação em torno da contraposição entre burguesia produtiva e burguesia rentista. [...] suas propostas de política econômica e reformas políticas objetivam reduzir as incertezas do cenário macroeconômico e atrair os excedentes de capital aplicados na esfera financeira para sua reinversão nos processos produtivos, gerando emprego e renda para os trabalhadores (CASTELO BRANCO, 2009).

Isso serviria como subterfugio à grande concentração de renda própria do capital. Reaparece nas diretrizes do desenvolvimento econômico o conceito de equidade social, este que por sua vez já era usado desde os anos 1990, em relatórios do Banco Mundial sobre pobreza, pois o conceito é o pilar teórico do projeto novo desenvolvimentista de intervenção na “questão social”. Este conceito significa antes de tudo:

[...] o deslocamento metodológico a qualquer referência sistêmica, estrutural e histórica das desigualdades sociais. A sua perspectiva é o indivíduo e a natureza. Segundo tal conceito, as desigualdades são explicadas a partir de uma suposta natureza humana. Cada indivíduo carrega dentro de si, de acordo com a distribuição aleatória da natureza, características inatas — como preguiça, indolência, ignorância, ou então frugalidade, parcimônia e inteligência. Se o indivíduo for agraciado por estes últimos dons, resta-lhe a sorte de acumular riqueza, pois tais dons dão uma enorme capacidade ao indivíduo de trabalhar e, portanto, de se apropriar de frações substantivas da riqueza social na forma do dinheiro; caso seja amaldiçoado por aqueles vícios, resta-lhe acumular miséria, pois o ócio e a vagabundagem são as características típicas desta massa de seres incapazes para a ética do trabalho capitalista (CASTELO BRANCO, 2009, p.82).

Concordamos com a análise de Castelo Branco ao afirmar que o pressuposto da equidade naturalizam as relações econômicas capitalistas, tomando sempre o sujeito que nessa perspectiva é entendido como (indivíduo) como forma de explicação para sua condição. E as diferenças supostamente naturais podem ser supridas, por exemplo, por meio da educação esta que por sua vez é instrumentalizada com uma forma de capacitar este indivíduo para ampla concorrência na esfera da produção, ou seja, o mercado de trabalho. Nesse sentido a educação, portanto:

Antes uma forma de emancipação humana, fica, de acordo com essa perspectiva, inteiramente subordinada aos requisitos de habilidades necessárias aos processos de produção de mercadorias comandados pelo capital. Neste sentido, o novo-desenvolvimentismo se assemelha, e muito, às teses neoclássicas do capital humano, pois ambas supõem a competição eterna dos indivíduos no mercado de trabalho, como se a condição assalariada do trabalhador fosse uma condição natural, e não construída socialmente [...] naturaliza-se o que deveria ser historicizado. (CASTELO BRANCO, 2009, p. 83).

Nesse sentido, os aspectos sociais quando aparecem em projetos de desenvolvimento, são objetivos secundários. Um adendo na política econômica, dos formuladores de política, estas intervenções na “questão social” visam neutralizar opositores à direita e à esquerda, para pacificar tensões sociais. Mas que em última instância, trata-se de lutar pela manutenção da ordem econômica e da coesão social, e não de transformações estruturais visando à superação do modo de produção capitalista. Sobre isso Alves afirma que:

A política neodesenvolvimentista no Brasil instala e opera candentes contradições vivas do desenvolvimento capitalista na periferia mais desenvolvida do sistema mundial do capital. Por um lado, assumindo a tarefa histórica de combater a pobreza e promover a inclusão do subproletariado no mercado de trabalho formal, realizando, deste modo, o sonho de consumo de milhões e milhões de trabalhadores brasileiros da massa marginal; mas por outro lado, preservando os pilares do modo de desenvolvimento do capitalismo histórico, incentivando a centralização e concentração do capital oligopólico nas condições histórico-mundial da senilidade capitalista como modo de desenvolvimento civilizatório (2013.b, s/p)

Isto por que, na verdade, países capitalistas de inserção hipertardia na ordem mundial, encontram limites candentes de realização das promessas civilizatórias do desenvolvimento burguês que pertencem a épocas pretéritas de ascensão histórica do capital. O crescimento das economias capitalistas emergentes contém um tom farsesco na medida em que o capital implementa uma modernidade ilusória reduzida ao acesso ao mercado de consumo. (ALVES, 2013b, s/p).

Não é a simples concordância e explicitação das contradições sociais e o acirramento da luta de classes que culminará no rompimento da ordem social que está posta. Assim:

O neodesenvolvimentismo é a síntese política possível do desenvolvimento capitalista no Brasil nas condições da crise estrutural do capital. Incapaz de romper com a ordem sistêmica do

capital, tendo em vista a dinâmica do mercado mundial e a condição de “elo mais forte” da dominação do capital na América do Sul, coloca-se para o Brasil, como alternativa possível (e irremediavelmente limitada) de desenvolvimento social, o projeto neodesenvolvimentista (ALVES, 2013b, s/p).

Discutimos até agora a sociedade capitalista e sua necessidade de rearticulação histórica na medida em que o próprio desenvolvimento histórico foi criando essas necessidades para que assim, mantivesse as condições favoráveis para a continuidade e manutenção das relações capitalistas. Portanto, salientamos que ao tratarmos de neoliberalismo, Novo Desenvolvimentismo/neodesenvolvimentismo, bem como o Estado de Bem Estar Social, também conhecido como keynesianismo, estamos falando em absoluto do Estado moderno, isto é, capitalista, porém, pautado em conjunturas históricas diferentes, ou seja, conforme o contexto histórico varia a forma como se implementa um determinado ajuste no papel e nas funções do Estado sem contudo perder de vista a reprodução das relações sociais inerentes ao capitalismo. Mas que dentro do próprio processo histórico da materialidade, trazem em seu bojo a intencionalidade e necessidade de readequação do sistema capitalista para que assim possa continuar se reproduzindo como sistema hegemônico.

Deste modo, ao falarmos do neoliberalismo e ou neodesenvolvimentismo estamos falando de apreensões ideológicas que supostamente se distanciam e ou variam em algumas ações, mas que no limite são concernentes ao Estado Moderno, isto é, capitalista, visando, pois, não a ruptura desse sistema, mas sim sua reprodução.

Munidos dessa compreensão na próxima seção trataremos de analisar as entrevistas concedidas por Dilma Rousseff ao programa café com a presidente, meio de comunicação que se constitui basicamente, como forma do governo federal divulgar suas ações no que diz respeito à política econômica e também social.

2. GOVERNO DILMA: CONFLUÊNCIA COM OS PRESSUPOSTOS DO LIBERALISMO

2.1 Choque de capitalismo: Algumas considerações

Nossa análise busca identificar em que medida as ações dispendidas pelo governo brasileiro corroboram para a reprodução dessas apreensões ideológicas defendidas como sendo supostamente distintas entre si pelos seus defensores, mas que conforme os autores Alves (2013), Carcanholo (2015) e Castelo Branco (2009) em essência tratam-se do mesmo viés ideológico liberal.

Para começarmos a explicitar o caráter neodesenvolvimentista, portanto, liberal presente nas políticas implementadas no Governo Dilma, mesmo considerando ressalvas à revista *Veja*, tomamos a publicação datada de 15 de agosto de 2012, que trouxe como matéria de capa o “*CHOQUE DE CAPITALISMO DE DILMA*”, A matéria trata sobre a reunião que a Presidente Dilma Rousseff teve com 28 dos maiores empresários brasileiros no intuito de verificar com os mesmos, quais são os entraves da economia brasileira, e o que o estado poderia estar fazendo para desatar esse suposto nó para economia e justamente por esse enunciado e o teor da matéria que nos chamou a atenção, é que a apresentamos como documento bibliográfico desta pesquisa.

Pode-se dizer em suma que esse choque de capitalismo não chegaria a se configurar como uma política econômica regulamentada propriamente dita, mas sim que é um conjunto de decisões de governo no campo da economia que aplicadas à realidade do Estado brasileiro, supostamente alavancaria o desenvolvimento econômico do país. Chamou-nos a atenção a ênfase ao choque de capitalismo.

Consultando o dicionário do pensamento marxista editado por BOTTOMORE a palavra capitalismo é conceituada da seguinte forma:

Denominação do modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção. O capital pode tomar a forma de dinheiro ou de crédito para a compra da força de trabalho e dos materiais necessários à produção, a forma de maquinaria física (capital em sentido estrito), ou, finalmente, a forma de estoques de bens acabados ou de trabalho em processo. Qualquer que seja a sua forma, é a propriedade privada do capital

nas mãos de uma classe, a classe dos capitalistas, com a exclusão do restante da população, que constitui a característica básica do capitalismo como modo de produção (2012, p.75).

O Brasil enquanto estado nacional, evidentemente não foge a égide do capitalismo, isto é, também realiza relações capitalistas em todas as esferas sociais. Preocupamo-nos em conceituar a palavra capitalismo, por entender que a suposição de um “choque de capitalismo” no Brasil reforça ainda mais a relação de desigualdade social que permeia nossas relações, no sentido de que este “choque” se apresentaria como uma intensificação dessas relações. Assim, o capital, seja qual for a sua forma de materialização irá sempre favorecer a benesse de poucos deixando a margem uma grande maioria.

Na continuidade da matéria citada, afirma-se que o governo do Estado brasileiro, para a implementação do conjunto de medidas se reuniu a portas fechadas com 28 dos maiores empresários do Brasil, para saber deles o que o governo poderia fazer para ajudar a desenvolver a economia. Reforçando nossos argumentos de que o capital é propriedade privada de uma minoria.

Evidencia-se assim a relação expressa por BOTTOMORE, isto é:

O desenvolvimento das forças produtivas e a CENTRALIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DO CAPITAL produzem um Estado que intervém na economia em favor dos monopólios, em parte por causa da contradição entre as relações de produção e as forças produtivas cada vez mais socializadas, em parte devido à importância dos monopólios para o conjunto da economia, e em parte finalmente, por força da necessidade que têm os monopólios da administração do ciclo econômico pelo Estado (2012, p.81).

Pfeifer (2014) avalia que o gasto público durante o governo Lula, e especialmente durante o governo Dilma, este último objeto de nossa análise, pode ser caracterizado como consumista. No período, puderam-se observar grandes obras de infraestrutura, altos investimentos, incentivos e financiamentos voltados para a construção de hidrelétricas e rodovias, expansão da exploração de madeira, minérios, pecuária e monocultura da soja e cana-de-açúcar, alargamento da produção das *commodities*, como o etanol, a soja e a pecuária. Tais intentos não ocorreram sem impactos no meio ambiente e superexploração dos recursos naturais do país, além do tencionamento com as comunidades tradicionais e locais (p. 762).

O excerto que segue abaixo foi retirado de uma entrevista concedida em 02/07/2012 no Programa Café com a Presidenta onde Dilma expõe sobre o plano Agrícola Pecuário 2012/2013.

O Plano Safra, que nós lançamos para *financiar a agropecuária comercial* de 2012/2013, *é o maior de todos os tempos. Nós colocamos à disposição dos produtores rurais e de suas cooperativas R\$ 115,2 bilhões de crédito.* Esse dinheiro vai servir para aumentar a produção das lavouras e rebanhos e, também, para os produtores comprarem sementes, adubo, máquinas, equipamentos variados. A outra boa notícia, [...] é que as linhas de crédito ficaram mais baratas. Para a compra de adubo e sementes nós reduzimos os juros de 6,75% para 5,5% - isso é praticamente comprar com juro zero. [...] ***os homens e as mulheres que são empreendedores rurais no Brasil têm aproveitado bem as vantagens do nosso clima e do nosso solo. E eles têm combinado essa vantagem da natureza com muito trabalho, muito esforço e com o uso de tecnologia e boas práticas de produção. É isso que traz excelentes resultados para a região do campo, para a produção de alimentos para o mundo e para a nossa economia.*** Nesse Plano Safra nós também aumentamos os valores e reduzimos os juros em todas as linhas de crédito para investimento. Com esse crédito, o produtor pode comprar equipamentos para irrigação, trator, máquinas, pode construir cercas e galpões, por exemplo, para armazenar a produção. ***Assim, ele pode aumentar a produção, melhorar a sua renda e, ao mesmo tempo, movimentar a nossa indústria. [...] o agronegócio é um setor estratégico para a economia, porque gera empregos, porque investe em tecnologia.*** Só no ano passado, esse setor foi responsável por 38% de tudo o que o Brasil exportou para o mundo. (PROGRAMA CAFÉ COM A PRESIDENTA, 02/07/2012, grifos nossos).

Não obstante o discurso segundo o qual os governos petistas teriam estancado o processo de privatizações no país pode-se analisar que o modelo neodesenvolvimentistas de privatização ocorre em forma de “concessão”, mediante, por exemplo, as parcerias público-privadas (PPPs).

Um país do tamanho do Brasil precisa ter bons e modernos aeroportos nas grandes metrópoles, mas, também, precisa de uma rede de aeroportos que atendam bem as cidades do interior, as pequenas e as médias. Por isso, uma das principais medidas desse programa é o investimento de R\$ 7,3 bilhões que vamos fazer em 270 aeroportos regionais [...] Isso é muito importante para garantir o desenvolvimento regional e a mobilidade da população, inclusive de quem vive em locais mais distantes dos grandes centros [...] nos grandes aeroportos, nós estamos investindo muito. ***Em alguns lugares, o governo federal está fazendo isso por meio da Infraero, que é a nossa empresa que cuida dos aeroportos. Em outros, nós fizemos parcerias com o setor privado. Por exemplo: São Paulo, tanto Guarulhos como Viracopos, e Brasília.*** E agora nós pensamos em fazer esta mesma parceria em dois aeroportos: ***Galeão e Confins.*** Esses leilões, tanto do Galeão, no Rio, como o de Confins, em Belo Horizonte, serão feitos em 2013 e as empresas vencedoras deverão investir em torno de R\$ 11 bilhões neles. ***Nós queremos atrair os operadores dos maiores aeroportos do mundo para administrar Galeão e Confins.*** [...] eu

tenho certeza de que os aeroportos brasileiros serão um excelente negócio. Nós vamos, no Brasil, continuar gerando oportunidades de investimento, emprego e renda. E, assim, nós vamos ter uma população que, cada vez mais, vai consumir, tanto produtos como serviço (PROGRAMA CAFÉ COM A PRESIDENTA 07/01/2013, grifos nossos).

Seguindo sua análise (Pfeifer, 2014) argumenta que o caso das rodovias é emblemático, pois o Estado investe grandes quantias de recursos para a construção e recuperação de linhas rodoviárias e depois repassa para a iniciativa privada explorar os ativos. E ainda, o gasto público é direcionado para a desoneração tributária do capital produtivo tal como a redução do IPI de produtos da linha branca e automóveis. Todas essas são, sem dúvida, medidas pródigas para o capital (p.762 e 763).

De acordo com a Revista VEJA (2012), com a proposição desse conjunto de medidas no campo econômico, o governo brasileiro transferiria para a iniciativa privada a construção e administração de grandes setores estratégicos para o país, dentre os quais portos públicos brasileiros, rodovias federais, ferrovias e aeroportos, e também energia. De acordo com Pfeifer:

Com esse pacote de concessões de rodovias e ferrovias, transfere-se para a iniciativa privada a manutenção, construção e exploração de 7,5 mil quilômetros de rodovias e 10 mil quilômetros de ferrovias, sem contar com a incorporação de aeroportos e portos, em processo de efetivação. Os investimentos são da ordem de R\$ 133 bilhões para um período de 25 anos, sendo que R\$ 79,5 bilhões serão investidos nos primeiros cinco anos. O braço financeiro do Estado, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), financiará 80% dos projetos. Para acompanhar a privatização foi criada uma agência reguladora: a Empresa de Planejamento e Logística (EPL) (2014, p.762).

Essas ações do governo federal são compreendidas por nós, como sendo de cunho liberal, já que com elas o país estaria caminhando para desnacionalização da economia, e privatização escamoteada de setores estratégicos do Brasil, executando medidas em prol da estabilidade econômica, visando um suposto desenvolvimento sócio econômico, em prol das demandas capitalistas hegemônicas, quanto a “questão social” supostamente atrelada a proposta neodesenvolvimentista, fica a cargo do relativo acesso aos bens e serviços sociais, conforme Pochmann (2011) economista da esteira de Bresser-Pereira afirma.

Nas políticas sociais adotadas pelos governos petistas e recomendadas pelos neo-desenvolvimentistas a ênfase não está meramente vinculada a objetivos sociais. Ao contrário, enfatiza que a dinâmica econômica nacional está profundamente relacionada ao comportamento do gasto social público, ao passo que, ao possibilitar o acesso a bens e serviços sociais mediados pelo consumo isto é, mediante políticas públicas que promovem o acesso da população aos serviços sociais privados e educação, bem como a transferência direta de renda para alavancar o consumo. Assim, o conjunto de políticas sociais acabaria por fortalecer o setor privado de um ou de outro segmento, desse modo, ao mesmo tempo em que representa uma ferramenta fundamental na promoção da coesão da sociedade brasileira torna-se cada vez mais o multiplicador da incorporação pelo mercado de consumo (p.19).

A partir disto, analisar as concepções de Estado e política social no governo Dilma partindo das entrevistas concedidas ao Programa Café com a Presidenta, se justifica na medida em que revelam o modo de pensar e agir, de nossa maior representante do Estado brasileiro, trazendo a luz, concepções subjacentes de Estado, políticas sociais e políticas econômicas, apontando assim justificativas e proposições de determinadas ações políticas de governo. Antes, porém, de nos debruçarmos a investigar esses elementos constitutivos da forma de dirigir o país, achamos por bem trazer também uma breve biografia¹¹ da presidenta Dilma Rousseff.

Primeira mulher a se tornar Presidente da República do Brasil, Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte (MG). É filha do imigrante búlgaro Pedro Rousseff e da professora Dilma Jane da Silva, nascida em Resende (RJ) iniciou os estudos no tradicional Colégio Nossa Senhora de Sion, e cursou o ensino médio no Colégio Estadual Central, então centro da efervescência estudantil da capital mineira. Aos 16 anos, Dilma dá início à vida política, integrando organizações de combate a ditadura militar.

Em 1969, conhece o advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo. Juntos, sofrem com a perseguição da Justiça Militar. Condenada por

¹¹ Fonte: BRASIL. Palácio do Planalto.

“subversão”, Dilma passa quase três anos, de 1970 a 1972, no presídio Tiradentes, na capital paulista.

Livre da prisão muda-se para Porto Alegre em 1973. Retoma os estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul após fazer novo vestibular. Em 1975, Dilma começa a trabalhar como estagiária na Fundação de Economia e Estatística (FEE), órgão do governo gaúcho. No ano seguinte, dá à luz a filha do casal, Paula Rousseff Araújo. Dedicar-se, em 1979, à campanha pela Anistia, durante o processo de abertura política comandada pelos militares, ainda no poder. Com o marido Carlos Araújo, ajuda a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul. Trabalhou na assessoria da bancada estadual do partido entre 1980 e 1985. Em 1986, o então prefeito da capital gaúcha, Alceu Collares, escolhe Dilma para ocupar o cargo de Secretária da Fazenda.

Com a volta da democracia ao Brasil, Dilma, então diretora-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre, participa da campanha de Leonel Brizola ao Palácio do Planalto em 1989, ano da primeira eleição presidencial direta após a ditadura militar. No segundo turno, Dilma vai às ruas defender o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). No início da década de 1990, retorna à Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, agora como presidente da instituição. Em 1993, com a eleição de Alceu Collares para o governo do Rio Grande do Sul, torna-se Secretária de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul.

Em 1998, inicia o curso de doutorado em Economia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mas, já envolvida na campanha sucessória do governo gaúcho, não chega a defender tese. A aliança entre PDT e PT elege Olívio Dutra governador e Dilma ocupa, mais uma vez, a Secretaria de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul. Dois anos depois, filia-se ao PT. O trabalho realizado no governo gaúcho chamou a atenção de Luiz Inácio Lula da Silva, já que o Rio Grande do Sul foi uma das poucas unidades da federação que não sofreram com o racionamento de energia em 2001.

Em 2002, Dilma é convidada a participar da equipe de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010).

Depois, com a posse de Lula, torna-se ministra de Minas e Energia e posteriormente Lula escolhe Dilma para ocupar a chefia da Casa Civil e coordenar o trabalho de todo ministério em 2005.

A ministra assume a direção de programas estratégicos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida. Coordenou ainda a Comissão Interministerial encarregada de definir as regras para a exploração das recém-descobertas reservas de petróleo na camada pré-sal e integrou a Junta Orçamentária do Governo, que se reúne mensalmente para avaliar a liberação de recursos para obras.

Em março de 2010, Dilma e Lula lançam a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), que amplia as metas da primeira versão do programa. No dia 03 de abril do mesmo ano, Dilma deixa o Governo Federal para se candidatar à Presidência. Em 13 de junho, o PT oficializa a candidatura da ex-ministra.

No segundo turno das eleições, realizado em 31 de outubro de 2010, aos 63 anos de idade, Dilma Rousseff¹² é eleita à primeira mulher Presidenta da República Federativa do Brasil.

2.2 A política social no governo Dilma: análise das entrevistas do Programa Café com a Presidenta.

As entrevistas utilizadas na pesquisa, foram extraídas do arquivo do programa café com a presidente disponível na internet, numa seleção preliminar mais genérica escolhemos 82 entrevistas concedidas ao programa café com a presidenta no período de janeiro de 2011 até junho de 2014, fizemos a separação em tabelas por ordem de meses e ano ficando organizadas em um primeiro momento com 23 entrevistas do ano de 2011, 24

¹² Mesmo não contemplando o período por nós recortado na pesquisa, mas que ocorreu durante a realização e antes que esta terminasse, achamos prudente mencionar que Dilma no dia 26 de outubro de 2014, foi reeleita para o seu segundo mandato que começou a partir de 01 de janeiro de 2015. E no dia 12 de maio de 2016 a presidenta Dilma Rousseff tendo aprovado contra si em todas as autarquias do legislativo um processo de impeachment, foi afastada da presidência da República a princípio pelo prazo de 180 dias, processo este instaurado por supostamente haver irregularidades fiscais nas contas do governo de Dilma.

entrevistas de 2012, 22 entrevistas de 2013 e por último mais 13 entrevistas do ano de 2014.

O critério utilizado por nós nessa seleção primária foi o de selecionar entrevistas que tratassem em seu discurso geral da política econômica e da política social, selecionamos assim entrevistas que diziam respeito à educação, saúde, trabalho, tecnologia, e economia, esta primeira formatação de quantidade e critério de entrevistas foi apresentada a banca de qualificação da presente pesquisa a qual devido à densidade do tema proposto para análise nos sugeriu que optássemos em buscar trabalhar apenas com as entrevistas que abordassem mais especificamente a relação simbiótica educação e trabalho, assim, além de reduzir consideravelmente o montante inicial de 82 entrevistas a ser analisado para 11, tal recorte temático nas entrevistas nos ajudou também a pontuar melhor nosso objetivo na análise que conforme já apresentado era identificar nas entrevistas, quais seriam as orientações e diretrizes para a formação do trabalhador e suas relações com a política econômica que estava sendo articulada durante seu mandato de 2011 a 2014, procurando apreender de forma correlata em que medida os compromissos econômicos adotados pela presidenta no período de governo pesquisado, tem repercussões sobre suas ações no que tange às políticas sociais, e de modo particular nas políticas educacionais, tentando com isso conseguir evidenciar nessa relação possíveis confluências com os aspectos neodesenvolvimentistas, configuração atual do liberalismo.

Nesse sentido, para que possamos captar as convergências com os elementos constitutivos do novo desenvolvimentismo nas entrevistas ao falar dos investimentos no campo econômico e social escolhemos entrevistas que tratem da relação educação/trabalho, entendemos que de modo particular as entrevistas referentes a essa discussão reúnem elementos que dizem respeito à consideração de pressupostos como a equidade e a valorização do capital humano, caros a uma determinada concepção de desenvolvimento econômico e social.

O excerto que segue abaixo se trata de uma entrevista da presidente Dilma explicando a criação por parte do Governo de incentivos para a formação técnica de jovens e trabalhadores:

[...]. Ainda em março nós vamos lançar o Pronatec (Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica). Qual é a nossa ideia? Da mesma forma que criamos centenas de milhares de oportunidades de acesso à educação superior, o Pronatec vai ampliar o caminho de acesso à **educação profissional** para os jovens do Ensino Médio e para os **trabalhadores brasileiros sem formação profissional**. O Pronatec será um conjunto de ações voltadas para os estudantes e trabalhadores que querem fazer um curso técnico e que não têm como pagar. [...]. Sim os jovens **bem qualificados estão sendo muito disputados pelas empresas. A economia, [...] é muito dinâmica, e nossa juventude não pode ficar para trás**. Por isso mesmo, também queremos ampliar o acesso do jovem ao Ensino Médio de tempo integral. **Em um turno, o aluno faz o curso tradicional; no outro, vai aprender uma profissão, [...]. Mercado de trabalho está oferecendo boas oportunidades e melhores salários para quem tem qualificação**. Isso vale para o jovem que sai do Ensino Médio, e para o trabalhador que já está trabalhando ou quer entrar no mercado de trabalho. Hoje, no Brasil, quem tem informação tem emprego (PROGRAMA CAFÉ COM A PRESIDENTE 14/02/2011. grifos nossos).

Ao problematizarmos o discurso da presidenta Dilma, gostaríamos de recuperar a obra, *A Revolução Gerenciada*, escrita por Paulo Renato Souza teórico liberal, que foi Ministro da Educação no governo de FHC (1995-2002). Nesse livro o autor fez a apreensão ideológica liberal da Sociedade do Conhecimento, na qual se suponha que a sociedade vive novos tempos isto é, na Sociedade do Conhecimento e em um Mundo Global, e que devido à aceleração vertiginosa e sem precedentes no avanço da ciência e da tecnologia nos últimos três séculos mudou radicalmente a face do mundo. A mudança atinge todas as dimensões da vida humana, das mais elementares às mais complexas (PAULO RENATO SOUZA, 2005). Assim, de acordo com o autor a humanidade enfrentaria os desafios de:

Permeiar o novo sistema mundial de valores mais humanos, conseguindo a integração virtuosa dos países em desenvolvimento aos benefícios da globalização, de um lado, e radicalizar a democracia como modo de convivência política, de outro reafirmando o papel da educação universal e pública em nossa sociedade, ao mesmo tempo em que lhe impõem novas exigências. A nova sociedade tem, para a educação, novos requerimentos, muitos deles radicalmente diferentes dos prevaletentes até pouco tempo. O cidadão capaz de produzir, consumir e participar da vida social não pode mais ser educado apenas durante uma etapa de sua vida. O conhecimento renova-se a cada cinco ou dez anos, por conseguinte, a capacidade de aprender permanentemente passou a ser a nova

condição para o exercício da cidadania na Sociedade do conhecimento. [...]. A Sociedade do conhecimento elevou os requisitos educacionais para o exercício da cidadania [...] e mais do que antes a educação passou a ser um pré-requisito do cidadão em todas as suas dimensões (PAULO RENATO SOUZA, p.8, 2005).

Nesse sentido o desenvolvimento da capacidade de aprender e o cuidado da preparação do jovem para ser o cidadão desse novo mundo devem ser as tarefas essenciais do ensino básico, compreendendo a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Nessa etapa, o sistema educacional deve oferecer uma base geral sólida, tratando de estender essa escolaridade a tal ponto que, de modo homogêneo, o maior número possível de cidadãos, possa estar preparado para esse novo mundo (PAULO RENATO, p.9, 2005).

Duarte (2003) aponta o caráter ideológico da chamada “sociedade do conhecimento”, interpretando-a como uma ideologia produzida pelo capitalismo, um fenômeno no campo da reprodução ideológica do capitalismo, isto é, configura-se em uma ilusão que cumpre determinada função ideológica na sociedade capitalista contemporânea na qual o que importa é o como se aprende ou o aprender a aprender (DUARTE, 2003, p.14). Nesse sentido:

Quando educadores e psicólogos apresentam o “aprender a aprender” como síntese de uma educação destinada a formar indivíduos criativos, é importante atentar para um detalhe fundamental: essa criatividade não deve ser confundida com busca de superação radical da sociedade capitalista, mas sim criatividade em termos de capacidade de encontrar novas formas de ação que permitam melhor adaptação aos ditames da sociedade capitalista (DUARTE, 2003, p.12)

Desta forma, Dilma ao afirmar que o ensino técnico é o caminho a ser seguido, numa sociedade em que a economia de acordo com as palavras dela é dinâmica, converge com a ideologia liberal do “aprender a aprender”, uma vez que fica claro a valorização da forma como se aprende em prejuízo do que o sujeito pode aprender, estando aptos a fazerem parte desta “suposta sociedade do conhecimento”, onde a qualificação técnica para o trabalho é colocada como alternativa de equidade, frente à desigualdade de oportunidades comum à estrutura social. Nessa lógica terá mais oportunidades

aquele que estiver mais bem preparado, desconsiderando-se a base contraditória da sociedade capitalista.

Em documento intitulado os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira¹³, o item 8 apresenta a intenção de:

Transformar o Brasil em potência científica e tecnológica. Dando continuidade aos programas de fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica em curso, o governo Dilma expandirá os recursos para Pesquisa e Desenvolvimento. Ampliará substancialmente o número de bolsas de estudos oferecidas pela Capes e pelo CNPq e dará ênfase à formação de engenheiros e à ampliação do registro de patentes. Serão privilegiadas as pesquisas em biotecnologia e nanotecnologia, robótica e novos materiais, tecnologia da informação e da comunicação, em saúde e produção de fármacos, biocombustíveis e energias renováveis, agricultura, biodiversidade, Amazônia e Semi-árido, áreas nuclear e espacial, recursos do mar e defesa. A inclusão digital ocupará um lugar importante, com a extensão da banda larga para todo o País, em especial para as escolas. Essas iniciativas permitirão que o Brasil construa uma **sociedade do conhecimento** para melhor enfrentar os desafios do século XXI (DILMA, 2010, p.13, grifos nosso).

Segundo, Duarte (2003) nesses argumentos repousa a função ideológica desempenhada pela crença na assim chamada sociedade do conhecimento, enfraquecer as críticas radicais ao capitalismo e enfraquecer a luta por uma revolução que leve a uma superação radical do capitalismo, gerando a crença de que essa luta teria sido superada pela preocupação com outras questões “mais atuais”, tais como a questão da ética na política e na vida cotidiana pela defesa dos direitos do cidadão e consumidor, pela consciência ecológica, pelo respeito às diferenças sexuais, étnicas ou de qualquer outra natureza (DUARTE, 2003, p.14).

Cunha salienta que:

O papel atribuído à educação para a construção de uma sociedade aberta, pela doutrina liberal, [...] revela fortes traços comuns, dentre os quais à atribuição da educação do papel de instrumento de correção das desigualdades injustas produzidas pela ordem econômica, encarada, entretanto pelo receituário liberal, como não sendo intrinsecamente injusta ou, então não sujeita a críticas. Outro ponto que também deve ser destacado é o pressuposto de que a educação não está, ou pode não estar ligada a ordem que produz

¹³ O presente documento foi extraído do website do partido dos trabalhadores disponível em <https://www.dilma13.com.br>.

desigualdades. Daí transcorre a possibilidade de poder vir a ser utilizada para produzir algo diferente daquilo que a economia espontaneamente produz (CUNHA, 1979, p.55).

Em entrevista concedida pela presidenta Dilma em 24/10/2011 dois dias antes de ser sancionada a lei nº12. 513 26 de outubro de 2011, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- PRONATEC, a mesma declarou:

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego, o Pronatec, **é a maior reforma da educação profissional já feita no Brasil. Serão R\$ 24 bilhões em investimentos para oferecer, até 2014, 8 milhões de vagas em curso de formação técnica e profissional, para os estudantes do Ensino Médio das nossas escolas públicas e para os nossos trabalhadores.** Vão ser 5,6 milhões de vagas para cursos de curta duração, destinados à qualificação profissional de trabalhadores. E mais 2,4 milhões de vagas para cursos técnicos, voltados para os estudantes do Ensino Médio, com duração de pelo menos um ano. Estamos construindo 208 novas unidades dos Institutos Federais de Educação Profissional, sendo que 35 delas ficarão prontas ainda este ano. **Estamos ainda fazendo uma parceria com o sistema S – Senai e Senac** – que só este ano, irá ampliar a oferta de cursos profissionalizantes gratuitos para 630 mil vagas. Além disso, investimos R\$ 1,7 bilhão na construção de 176 escolas técnicas estaduais, e também na reforma, ampliação e compra de equipamentos de outras 543 unidades. O Pronatec também vai financiar cursos técnicos em escolas privadas de educação profissional, como faz hoje com o Ensino Superior, por meio do Fies, o Fundo de Financiamento Estudantil. Além disso, [...] com o Pronatec, os investimentos das empresas em educação profissional não serão mais tributados. (PROGRAMA CAFÉ COM A PRESIDENTE 24/10/2011 grifos nossos).

Segundo Fatorelli (2013, p.236), em 2011, ano em que foi sancionado o Pronatec o orçamento geral da União - executado, isto é, tudo que foi pago e investido chegou às cifras de R\$ 1, 571 trilhão de reais, destes, 45,05 % dos recursos federais, quase que a metade do orçamento foi destinada para pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Enquanto que o restante foi distribuído dentre os demais setores. Recuperamos aqui os recursos destinados à saúde, habitação, previdência, e em especial a educação, por justamente, englobarem um conjunto de políticas sociais que representam objeto de luta entre diferentes forças sociais, em cada conjuntura, não resultando, pois, o resultado mecânico da acumulação nem a manifestação exclusiva do poder das classes dominantes ou do Estado (FALEIROS, 1991 p.62).

A fatia para cada setor comparada ao valor total do orçamento e o que é repassado para o pagamento e amortização dos juros da dívida pública equivale a ínfimos, 4,07 % para a saúde, 0,00% habitação, 22,01% previdência, e apenas 2,99 % deste total é destinada a educação.

Cabe ressaltar aqui que esses recursos são destinados não somente a educação pública e básica, mas também a iniciativa privada, por meio dos programas de financiamento da educação superior em instituições privadas de ensino, e também cursos técnicos profissionalizantes. O PRONATEC é a materialização desta relação, pois, sob a égide do discurso da oportunidade e democratização do ensino profissionalizante, a educação profissional, na verdade se converteu em uma grande parceria do Estado com o setor privado de ensino técnico no sistema “S”¹⁴ como ficaram bem claras no discurso de Dilma, instituições essas cuja formação “educacional” é de interesse produtivo industrial privado. Remetendo o sujeito a uma formação aligeirada, direcionada apenas a prepara-lo tecnicamente para estar apto a disputar uma vaga no mercado de trabalho. Em trecho extraído de outra entrevista, Dilma ressalta:

[...] nós criamos o Pronatec para qualificar o trabalhador de hoje e o do futuro. Nós queremos, [...] capacitar, até 2014, 8 milhões de estudantes e trabalhadores. Para quem já está no mercado de trabalho, vamos oferecer cursos de formação e qualificação profissional. E para o estudante do ensino médio, vamos oferecer formação profissionalizante. É assim: a moça ou o rapaz que quiser aprender uma profissão vai ter direito a uma bolsa de estudos; vai fazer o ensino médio num turno e o curso profissionalizante no outro turno. E, olha, o Pronatec também vai oferecer oportunidades para os beneficiários do Bolsa Família, para que eles possam ter uma profissão e um bom emprego. (PROGRAMA CAFÉ COM A PRESIDENTE 09/05/2011).

Segundo o IPEA (2014):

O PRONATEC é parte de uma estratégia de desenvolvimento, em escala nacional, que busca integrar a qualificação profissional de trabalhadores com a elevação da sua escolaridade, constituindo-se em um instrumento de fomento ao desenvolvimento profissional, de inclusão social e produtiva e de promoção da cidadania (p.34-35).

¹⁴ Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac).

E nas palavras de um dirigente da SETEC:

No governo Dilma, houve a constatação de que não se poderia depender apenas da expansão da rede federal e de que os programas de qualificação profissionais até então existentes não alcançaram êxito [...] por serem pulverizados e de qualidade duvidosa, daí o PRONATEC surge como uma solução para atender a demanda por toda a qualificação profissional e de expansão da rede (p.34-35).

O discurso do governo defende que a educação profissional materializada no PRONATEC, é o caminho a seguir para o desenvolvimento econômico em conjunto com o desenvolvimento social do Brasil, já que de acordo com suas declarações nas entrevistas, o governo pressupõe que formar técnicos especializados é condição suficiente para reduzir as desigualdades sociais e o país continuar crescendo economicamente. Essas pressuposições de que tratamos pode ser consubstanciada no discurso que segue extraído de outro trecho de entrevista da Presidenta Dilma:

Queridas brasileiras e queridos brasileiros. Mais uma vez o Brasil vai festejar o 1º de Maio da forma como este dia deve ser comemorado: com crescimento do emprego e da renda, com economia sólida, e plena de esperança no futuro. Isso porque, na medida em que o emprego e o salário aumentam, a desigualdade diminui e o país continua avançando sem retrocessos. Mesmo os brasileiros que mais precisam de apoio sentem que dias melhores estão chegando. E há motivos concretos para esta esperança porque, no Brasil, estabilidade, crescimento e distribuição de renda, combate à inflação e, principalmente, combate à miséria são, de fato, políticas permanentes; porque, no Brasil, respeito à democracia, aos direitos humanos e às liberdades [...] são compromissos sagrados. No nosso país, a balança da justiça social está mais próxima do seu ponto de equilíbrio, mas os pratos desta balança só estarão plenamente equilibrados quando houver menos peso sobre os pobres e sobre a classe média. Este dia - tenham certeza - nós todos vamos ver chegar. Na verdade, muitas coisas já estamos vendo acontecer. Com orgulho, nós, brasileiros, já vemos que nosso país se firma não apenas como uma das principais economias do planeta, mas, também, como o criador de um modelo de políticas sociais modernas, que ajuda a consolidar uma das maiores democracias do mundo atual. Vemos que o Brasil começa a realizar uma parte do grande sonho brasileiro, o sonho dos nossos poetas, pensadores e visionários; o sonho de um país independente, tolerante, fiel aos valores morais e símbolo de trabalho, alegria e fraternidade para o mundo. É hora de ampliarmos este sonho e, para isso, precisamos vencer vários desafios. (PROGRAMA CAFÉ COM A PRESIDENTA, 02/05/2011).

Podemos perceber com bastante clareza nesta declaração da Presidenta forte indícios de confluência com o novo desenvolvimentismo, uma vez que identificamos na fala de Dilma o atrelamento da melhora universal das condições de vida das pessoas, ao desenvolvimento econômico, em uma

sociedade harmônica, da mesma forma como Bresser-Pereira (2003, p.31) apregoa que, como regra geral o desenvolvimento pode ser sinônimo de desenvolvimento econômico, pois este gera como resultado mais importante ou mais direto a melhoria no padrão de vida e bem-estar da população. Isto é, enfatiza que o relativo aumento da renda e manutenção do emprego é suficiente para a diminuição das desigualdades sociais, deste modo colaborando diretamente para o avanço do país, respeitando também a democracia e a liberdade.

De acordo com Gomes; Mélo; Cruz ; o neodesenvolvimentismo propõe o crescimento econômico com equidade social, para tal apoia-se nos programas de transferência de renda, que reduzem os índices de pobreza e permitem o aumento do consumo. Porém, essas ações alteram apenas os dados de medição da miséria, não a condição de pobreza dos indivíduos (2015, p.1).

Nesse sentido por mais que apareça no discurso de Dilma durante as entrevistas fragmentos como, combate a miséria, redução da pobreza e a busca pela igualdade social a rigor não implica em ações controversas as liberais capitalistas no sentido de eliminar as desigualdades, mas sim imbricam em formas de amenizar e ou reduzi-las.

Cabe destacar aqui o que Fiori (1997) pontua ao falar sobre as relações existentes entre o “velho” liberalismo e o novo liberalismo:

Do ponto de vista rigorosamente essencial, não há nenhuma diferença entre o velho e o novo liberalismo. Antes como agora a tese central dos liberais segue sendo a mesma. De Adam Smith a qualquer dos contemporâneos, a ideia motora, a força utópica do liberalismo – pode tratar-se de uma utopia pouco generosa, mas é uma utopia, as suas teses e propostas centrais seguem sendo as mesmas. [...]. Em primeiro lugar e antes de tudo o menos Estado e de política possível, isto é, desde os países pioneiros do liberalismo, a proposta foi e segue sendo a busca da despolitização total dos mercados e a liberdade absoluta de circulação dos indivíduos e dos capitais privados. Essas ideias foram anunciadas de maneira concisa e absolutamente transparente por Adam Smith, antes que o século XVIII terminasse. Em segundo lugar, antes como agora, segue sendo feita pelos neoliberais a mesma defesa intransigente do individualismo. Em terceiro lugar, antes como agora, o tema da igualdade social apareceu no discurso dos liberais, assim como dos neoliberais, apenas enquanto igualação de oportunidades ou condições iniciais igualizadas para todos (p.202).

Portanto de acordo com Fiori (1997) o liberalismo, seja ele o do século XVIII ou dos tempos atuais sempre foi radicalmente contrário à busca de um maior grau de igualdade entre os indivíduos e grupos sociais, pela via de uma intervenção pública orientada pelo princípio da universalidade ou da igualação dos resultados, o que esta corrente teórica sempre defendeu é que as condições de partida devem ser relativamente iguais sendo que a partir deste ponto as diferenças e competências de cada um gerariam inevitavelmente resultados distintos perfeitamente legítimos e necessários para a própria dinâmica da sociedade democrática capitalista (p.202).

Relacionando as apreensões do autor com o discurso de Dilma, podemos afirmar que não é o simples fato de mencionar as palavras igualdade, oportunidade, liberdade e democracia que as ações do governo se distanciam dos princípios liberais, pelo contrário, pois conforme Fiori (1997) o liberalismo sempre carregou tais palavras em sua retórica, porém ajustadas as convicções liberais, além do que, conforme Jacomeli e Xavier (2003) a liberdade, igualdade, individualidade e democracia são elementos basilares da constituição da sociedade capitalista. Presentes

Assim, podemos constatar que o discurso de Dilma Rousseff, está implícito e por que não explicitamente carregado das convicções liberais assemelhando-se inclusive ao de Bresser-Pereira (2003, p.15), o qual compreende que o desenvolvimento econômico proporciona de forma universal o progresso, em determinado país ou região, ocasionando o aumento no padrão de vida da população de maneira automática, autônoma, sendo assim autossustentado.

Nos chama a atenção na fala da presidenta também na entrevista datada de 02/05/2011 o fragmento em que Dilma argumenta:

Queridas brasileiras e queridos brasileiros. O crescimento traz inúmeros desafios. Um deles é formar mão de obra especializada para suprir a oferta de emprego qualificado. Outro desafio é melhorar a infraestrutura, para que esse crescimento flua mais rapidamente. Outro é crescer de forma harmônica e sustentável, sem gerar inflação ou outros tipos de desequilíbrio. Mas o maior de todos os desafios é não deixar milhões de brasileiros fora dessa era de prosperidade que se amplia e se consolida. Feliz de um país que tem desafios gerados pelo crescimento, no momento em que grande parte do mundo vive a estagnação e o desemprego. Feliz de um país que está alerta e tem

instrumentos para responder, sem titubear, a cada um desses desafios (PROGRAMA CAFÉ COM A PRESIDENTA, 02/05/2011).

Dentre os inúmeros “desafios” que gera o crescimento ao seu modo de interpretar, os desafios de gerar mão de obra qualificada apta às exigências dessa “nova realidade” do emprego qualificado e a melhora da infraestrutura são pontos chaves para a elevação social dos sujeitos.

Ao nosso modo de interpretar a um grande paradoxo, isto é, uma enorme contradição nessa correlação melhoria universal das condições de vida e desenvolvimento econômico já que Bresser-Pereira (2006 p.206) apresenta como elementos constitutivos principais do desenvolvimento econômico a formação dos estados nacionais ou estados-nação, e, a acumulação de capital esta ultima se desdobrando em incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital, realizada no âmbito de mercados relativamente competitivos.

Nesse sentido entendemos que é contraditório afirmar que uma teoria pautada no acúmulo de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho seja capaz de proporcionar um bem estar coletivo. Pois de acordo com as orientações teóricas dos autores que nos embasam nessa análise, o acúmulo de capital por uma minoria e a incorporação do progresso técnico ao trabalho, isto é, uma mão de obra qualificada ao novo modelo produtivo são elementos constituintes fundamentais da relação social de ordem desigual entre os sujeitos na sociedade capitalista.

Em outra entrevista a Presidenta salienta:

Para ajudar a qualificar nossos jovens e trabalhadores, lançamos ontem o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – o Pronatec – cuja meta é capacitar para o trabalho aproximadamente oito milhões de brasileiros nos próximos quatro anos. Mais que um programa educacional, quero que o Pronatec seja uma usina de oportunidades. Ele vai beneficiar estudantes do ensino médio; vai ajudar trabalhadores desempregados a recomeçarem a vida profissional; e vai abrir as portas do mercado de trabalho para que milhares de brasileiros possam deixar mais rápido o Bolsa Família. Para isso, entre outras coisas, vamos ampliar a rede federal de educação profissionalizante, criando mais 200 novas escolas técnicas federais, e vamos apoiar fortemente as redes estaduais. Em paralelo, vamos reforçar o Sistema S – por exemplo, as escolas e cursos do Senai e do Senac. O Pronatec é ferramenta de construção

do futuro, mas seus resultados serão percebidos imediatamente. Vale destacar uma novidade: a partir de agora, as empresas que desejarem, receberão empréstimos do governo, com juros baixos, para custear cursos de formação para seus empregados. Neste grande esforço de qualificação de mão de obra, vamos também lançar um programa de bolsas para estudantes brasileiros no exterior. Nossa meta é oferecer, nos próximos quatro anos, pelo menos 75 mil bolsas de estudos, em universidades estrangeiras de qualidade. São programas que beneficiarão tanto os mais pobres como os filhos da classe média, que cresce vigorosa em nosso país. São iniciativas que demonstram o compromisso especial que nosso governo tem com os pobres e com a classe média. Com os pobres, para garantir que subam na vida; com a classe média, para garantir que seu padrão de vida melhore ainda mais (PROGRAMA CAFÉ COM A PRESIDENTA, 24/10/2011).

Cunha (1979) afirma que o papel atribuído à educação de instrumento de equalização de oportunidades, pela doutrina liberal a coloca como função ideológica de dissimular os mecanismos de discriminações da própria educação, bem como da ordem econômica.

As desigualdades entre as classes sociais bem como a dissimulação daquilo que as produz (pela educação) são produto da ordem econômica capitalista. Assim o Estado que regulamenta, dirige e empreende a educação é o mesmo Estado que regulamenta, dirige (em parte, pelo planejamento) e empreende (em parte, através das empresas públicas e dos aportes de capital) a ordem econômica (CUNHA, 1979, p.60).

Seguindo nossa análise, no próximo excerto Dilma fala no tocante a políticas de distribuição de renda infraestrutura e gargalos do Brasil trazendo a discussão, a capacidade de eficiência de gestão do Estado.

Trabalhadoras e trabalhadores. ***O crescimento do emprego e da renda é uma realidade concreta nesse novo Brasil que juntos estamos construindo.*** Estamos criando uma média de 195 mil novos empregos por mês, e ***a massa de salários teve um ganho real de 6,7% nos últimos 12 meses. Tão importante quanto garantir o emprego é garantir o poder de compra do salário, para que o trabalhador e a trabalhadora possam colocar boa comida na mesa, comprar sua geladeira nova, sua televisão e o seu carrinho.*** Garantir o poder de compra do salário significa jogar duro contra a inflação. ***Esse é um dos fundamentos da nossa política econômica, e dele jamais abriremos mão. Estamos, por exemplo, melhorando a qualidade do gasto público, com o desafio de fazer mais e melhor com menos recursos. Estamos trabalhando para resolver problemas estruturais como os gargalos de infraestrutura e as distorções no sistema tributário, que aumentam nossos custos de produção.*** Estamos também incentivando o aumento de investimento e a competitividade do nosso setor produtivo, tanto da indústria como no campo. Ou seja, estamos atentos aos mínimos detalhes da economia e buscando, na hora

certa, soluções para os problemas. Por isso, tenha a certeza: assim como fomos um dos países que melhor reagiu à crise financeira internacional, estamos preparados para enfrentar as pressões inflacionárias que rondam no momento, a economia mundial. Queridas brasileiras e queridos brasileiros. ***Nada vai conseguir deter a marcha harmônica do Brasil para o futuro. Nossos grandes programas de infraestrutura econômica, como o PAC, e de infraestrutura social, como o Minha Casa, Minha Vida, seguirão sem interrupções. Eles serão aperfeiçoados, ampliados e complementados por novos programas, alguns já lançados, outros em fase de lançamento. Porém, a mais desafiadora meta, que o Brasil ainda está por alcançar, é o fim da miséria, a erradicação da pobreza extrema.*** Por isso, neste 1º de Maio, quando renovo o compromisso com vocês, trabalhadores brasileiros, de continuar a política de valorização do salário mínimo e de manter e ampliar suas conquistas trabalhistas, digo também que é a hora de olharmos com um carinho todo especial para nossos irmãos que ainda não entraram no mercado de trabalho. ***Convoco todos os brasileiros, sem exceção, para vencermos juntos a batalha contra a miséria.*** Essa é uma grande bandeira do meu governo. (CAFÉ COM A PRESIDENTA 02/11/2011).

É perceptível nos discursos da presidenta a preocupação com determinado padrão de intervenção do Estado nas questões sociais e econômicas, tais como a ampliação do mercado interno por meio da redução da pobreza e políticas sociais redistributivas focadas no subproletariado removendo as principais fontes de privação de liberdade tais como pobreza, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, e negligência dos serviços públicos. Contudo Fiori (1997 p. 203) nos alerta que, tantos os velhos como os novos liberais nunca colocaram na ordem do dia discutir efetivamente de forma e aprofundada a questão de como responder ao problema concreto das imensas diferenças e desigualdades que nunca foram, ou serão, corrigidas de forma a igualar as condições de partida para todos.

Isto tudo segundo o autor a despeito de que:

Em Adam Smith, assim como nas mais modernas formulações e documentos neoliberais produzidos hoje por organismos internacionais ou multilaterais, apareça sempre à defesa da necessidade da intervenção pública naquelas áreas de interesse coletivo que não sejam rentáveis para os capitais privados ou mesmo onde se manifestem situações de extraordinária carência social (FIORI, 1997, p.203).

Ressalta ainda que:

Não é algo que descaracterize a posição liberal, por exemplo, a defesa de investimento em infraestrutura, definitivamente não. Adam Smith defendeu isso, Stuart Mills defendeu isso e o Banco Mundial, hoje apenas para tomar uma das catedrais do pensamento neoliberal, defende o mesmo (FIORI, 1997).

De acordo com o exposto não é, portanto, a simples defesa de políticas social compensatória que descaracteriza a inexistência de concepções liberais e a luz desses argumentos o caráter neoliberal das ações de governo da presidenta Dilma ficam mais evidentes.

Com o Pronatec, nós estamos fortalecendo o Ensino Médio integrado, direcionado para a formação profissional, o que torna a escola muito mais atraente e, por isso, reduz a evasão escolar. O Pronatec oferece à economia uma mão de obra da mais alta qualidade [...]. O Senai está investindo, R\$ 1,5 bilhão, financiados pelo BNDES, para construir 53 novas escolas e modernizar e ampliar 251 escolas já existentes. O Senai fez um acordo com o instituto alemão, Fraunhofer, que é ligado à Federação das Indústrias da Alemanha e que é um instituto de excelência em pesquisa e inovação. Esse instituto alemão está ajudando o SENAI a montar 85 centros de inovação e de serviços tecnológicos por todo o país, o que vai beneficiar Luciano, os nossos jovens e as nossas indústrias (PROGRAMA CAFÉ COM A PRESIDENTA, 29/10/2012).

Em uma dessas entrevistas Dilma é questionada a respeito do poder de competitividade da indústria brasileira e sobre o que o governo está fazendo para formar técnicos e qualificar os trabalhadores:

Esse assunto é mesmo muito importante, porque precisamos de uma indústria forte e competitiva para garantir o crescimento do país e a criação de oportunidades de trabalho para os brasileiros e as brasileiras. A indústria gera tecnologia, cria novos produtos e serviços, e estimula outros setores da economia, como o comércio e os serviços. Mas, para ter uma indústria forte, [...] o país precisa de mão de obra qualificado e de técnicos bem formados. Isso significa que, além de formar engenheiros, matemáticos, médicos e professores, o Brasil vai precisar formar também técnicos em Automação Industrial, Petróleo e Gás, Mineração, Mecatrônica, Manutenção de Aeronaves, Eletrônica, Indústria Naval, Computação e muitas outras áreas. (PROGRAMA CAFÉ COM A PRESIDENTA, 15/04/2013).

Oliveira e Duarte pontuam que:

O atual contexto configurado pelo processo de globalização da economia, da política e da cultura, trouxe como corolário a flexibilização nas relações de trabalho e emprego o que tem resultado em diversificação nas formas de contratação e crescente desemprego. Tal processo segundo as autoras provoca uma crise social que condena a maioria da população mundial a condições indignas de vida. A pobreza, na economia globalizada, é qualificada de "nova", com o aumento do desemprego, o alongamento da sua duração e os excluídos temporariamente ou definitivamente do mercado. Os sistemas de proteção social têm se mostrados ineficazes de fazer frente à diversificação da pobreza e ao crescente

aumento da desigualdade social, atualizando a histórica dualidade entre os trabalhadores integrados e os pobres assistidos (OLIVEIRA; DUARTE, 2005 p.281).

Nessa conjuntura é necessário então que a política educacional passe por algumas alterações no que diz respeito às suas orientações para que possa dar conta de “responder” às demandas crescentes de maior integração social das populações vulneráveis, ao mesmo tempo em que também deve formar a força de trabalho apta a novos processos produtivos (Oliveira; Duarte, 2005, p.281).

Assim ao analisarmos a fala de Dilma é perceptível à necessidade do ajuste estrutural por conta da demanda do novo contexto do capital, isto é, a assistência ao trabalhador na intenção de produzir uma mão de obra qualificada, garantido assim as tão famigeradas “oportunidades” agindo diretamente no controle da pobreza, isto é, a qualificação vai garantir ao individuo a oportunidade de conseguir pelo menos a renda mínima, logo, não será mais considerado pobre. Nesse contexto, segundo Coan:

O espaço escolar é disputado como locus para formar um trabalhador de novo tipo, convencido de estar apto a enfrentar os desafios do atual mercado de trabalho vendendo sua força de trabalho, prestando serviços, fazendo consultorias, trabalho terceirizado, trabalho temporário, a domicílio, subcontratado, com bolsas de estudo, estágio ou arranjos flexíveis e precários similares e [...] o discurso da necessidade de se educar para o empreendedorismo ganhou relevo nos anos de 1990, quando várias propostas foram apresentadas para combater os problemas decorrentes do desemprego (2012, p.2).

Entendemos melhor essa nova conjuntura aqui retratada quando resgatamos alguns precedentes históricos. Nesse sentido Oliveira e Duarte procurando explicar esse rearranjo do Estado para com as políticas sociais afirmam que a Carta Constitucional de 1988 consolida muitas das reivindicações presentes nas pautas dos movimentos que emergem com a derrocada do regime militar. Contudo, logo após ser promulgada, tal Carta passou a ser alvo de críticas do governo Sarney (1985-1989) e dos setores mais conservadores, sendo as conquistas sociais consideradas responsáveis pela *ingovernabilidade* do país (OLIVEIRA E DUARTE, 2005, p. 284). Assim:

A década de 1990 inaugura-se com o governo Collor, que buscou operacionalizar o que ele chamava de modernização do Estado, ou seja, a implementação de reformas estruturais como os processos de privatização, de liberação de importações, de desregulamentação da economia e o corte nos gastos públicos. O Brasil entrou nos anos de 1990, vivenciando uma era de reformas que significavam um

processo de desconstrução da agenda social da constituição de 1988, buscando desvencilhar o Estado dos compromissos sociais ali firmados, bem como um engajamento do país à nova ordem capitalista mundial, tornando-o capaz de competir na lógica do mercado livre e adotando as políticas de corte neoliberal (OLIVEIRA e DUARTE, 2005, p. 284-285).

Ainda tomando por base as considerações de Oliveira e Duarte (2005, p.285). As políticas sociais na realidade brasileira atual visam prioritariamente o alívio à pobreza, a retirada da condição de miséria daqueles que sequer conseguiram alcançar as condições mínimas de sobrevivência. Mantem-se, pois os traços restritivos na forma de tratar as questões sociais no Brasil, uma vez que os avanços propostos na Constituição de 1988 foram logo alvo de reformas e que na tão propalada modernização do país, persistiu o traço da era desenvolvimentista que submete a política social à política econômica.

Assim o que podemos perceber por meio da análise do discurso de Dilma, é que as orientações de seu governo no que compreende as políticas sociais coaduna-se com as orientações de governos anteriores com cariz liberal, como o de Collor ainda no início de década de 1990, de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, isto é, pautado em ações que priorizam o corte dos gastos do Estado com políticas sociais, estas que por sua vez, deixam de ser ampliadas e passam a ser focalizadas no sentido de “aliviar” a pobreza, “promovendo” a equidade social, conforme trecho que segue abaixo.

Do total de 8 milhões de vagas do Pronatec que nós lançamos há um ano e meio, 1 milhão nós reservamos para a população beneficiada pelo programa Brasil sem Miséria. Reservamos como uma forma do início de uma nova caminhada. Formação profissional, melhor emprego; melhor emprego, mais desafio, outra vez estudo e melhor formação profissional. Nós fizemos essa opção sabe por quê? [...] Porque o país está gerando empregos, e o país precisa de mão de obra especializada, tanto nossa indústria, como serviços, como a própria agricultura. Cada vez mais, será preciso que o Brasil tenha mão de obra qualificada. E nós queremos que o crescimento do nosso país seja um crescimento que inclua todos os brasileiros, que dê oportunidades de emprego para todos, inclusive, para aqueles que sempre tiveram dificuldade de conseguir um emprego melhor porque não tinham a formação adequada e, por isso, não conseguiam um emprego com carteira assinada [...] Quanto mais qualificados eles forem, mais oportunidades terão para conseguir um trabalho e melhorar sua renda (PROGRAMA CAFÉ COM A PRESIDENTA, 15/04/2013).

Ao problematizarmos as entrevistas de Dilma Rousseff, nosso intento principal é evidenciar a presença de elementos que exemplifiquem suas orientações liberais sob a alcunha neo desenvolvimentista para a condução de políticas, e essa confluência do governo Dilma com o novo desenvolvimentismo fica mais fácil de ser entendida quando se tem a apreensão do objetivo de um governo novo desenvolvimentista que segundo Castelo Branco:

O principal objetivo dos novo-desenvolvimentistas é delinear um projeto nacional de crescimento e desenvolvimento econômico combinado a uma melhora substancial nos padrões distributivos do Brasil. A consecução deste objetivo passa, necessariamente, por um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na “questão social”, principalmente no tocante a redução da incerteza inerente às economias capitalistas. (2007, p.4)

Os novos desenvolvimentistas acreditam que a construção de uma economia de mercado forte inevitavelmente depende da existência de um Estado forte, não no sentido de produzir diretamente, a partir de empresas estatais, bens e serviços, mas atuando como uma instância reguladora das atividades econômicas. O Estado seria uma espécie de ente político promotor de condições propícias para o capital investir seus recursos financeiros e gerar emprego e renda para a população em geral. Desta forma, o Estado, segundo as prescrições dos novos desenvolvimentistas, agiria como um agente da mudança social em nome dos interesses da vontade coletiva, e não em favor de um ou outro grupo ou classe sociais particulares, como é tradição do Estado brasileiro (CASTELO BRANCO, 2007).

É em nome desse Estado forte e agente político gerenciador dos interesses capitalistas que as políticas sociais do governo Dilma são orientadas no sentido da focalização, “beneficiando” os mais vulneráveis com uma escolarização técnica profissionalizante tornando-o qualificado como “capital humano” para as oportunidades da nova realidade do Brasil. Consubstanciando o exposto por Castelo Branco trazemos abaixo mais um trecho de entrevista concedida pela presidenta Dilma no qual essas afirmações ficam bem delineadas.

Nós criamos o Pronatec para dar oportunidade aos brasileiros de melhorar sua formação profissional [...] homens, mulheres, jovens, trabalhadores, pequenos empreendedores, têm mais chance de conseguir um emprego, melhorar seu negócio ou

progredir na sua carreira se tiverem capacitação profissional. Foi para dar oportunidade aos brasileiros de melhorar sua formação profissional que nós criamos, no início de meu governo, o Pronatec. São impressionantes o interesse, a determinação e a vontade das pessoas de melhorar de vida. Seis milhões e cem mil matrículas já foram realizadas no Pronatec. Desse total, 1,7 milhão de matrículas são em cursos técnicos de nível médio. As outras 4,4 milhões de matrículas são em cursos de qualificação profissional. ***O Pronatec é uma verdadeira porta de entrada dessas pessoas no mundo do trabalho [...]. Nós estamos, de fato, investindo muito na educação profissional. Só no Pronatec, nós investimos R\$ 14 bilhões.*** Há cursos do Pronatec sendo oferecidos em mais de 4 mil cidades diferentes em todos os estados do Brasil. ***isso demonstra que está se formando um grande número de brasileiros mais bem preparados para construir seus sonhos de um futuro melhor [...].*** ***todo mundo precisa de oportunidades na vida, mas nem sempre elas estão disponíveis para todos,*** o que nós queremos é corrigir isso. ***Ao oferecer a homens e mulheres a chance de ter uma qualificação profissional, nós estamos garantindo, para milhões de brasileiros, o acesso às oportunidades.*** (PROGRAMA CAFÉ COM A PRESIDENTA, grifo nossos 24/03/2014).

Para a Teoria do Capital Humano subjacente no discurso de Dilma, e no novo desenvolvimentismo a qualificação, por meio da educação profissional tem influência determinante na melhoria da condição de vida das pessoas. Ela melhora as habilidades e conseqüentemente a produtividade, assim o resultado pode ser constatado supostamente com o progresso do desenvolvimento econômico logo, aumento da renda das pessoas e a melhora na qualidade de vida. É nítida a convicção da presidenta no seu discurso de que o simples fato de o trabalhador ser submetido ao curso técnico profissionalizante culminara na superação das desigualdades sociais por parte deste, interpretação bem típica do pensamento liberal, transferindo para o indivíduo a responsabilidade pelo resultado de fracasso ou sucesso na ordem social capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se desenvolveu com a intencionalidade de investigar e identificar as aproximações do governo da presidenta Dilma, no que diz respeito às mediações da política econômica e social com o novo desenvolvimentismo de modo mais específico nossos esforços se concentraram em apresentar e discutir alguns aspectos coincidentes das políticas econômicas e sociais do Governo Dilma com os elementos constitutivos do projeto ideológico neodesenvolvimentista atual configuração do liberalismo no Brasil.

Assim, durante o processo de construção de nosso trabalho, procuramos em um primeiro momento apresentar um breve relato sobre como nos foi despertando o interesse em pesquisar essa temática, depois a luz de alguns autores tomados por nós como referencial fizemos algumas considerações acerca de nossa compreensão de modelo de Estado, bem como as mediações deste frente a atual conjuntura da sociedade, que ao nosso modo de interpretar é de classes, portanto, capitalista, nesse sentido pontuamos também alguns aspectos das políticas sociais emanadas do Estado frente às demandas tencionadas pelos embates das varias forças em disputa nessa mesma sociedade.

Essa mediação de acordo com o exposto em nossa pesquisa são dispendidas por parte do Estado no sentido de responder e amenizar a pressão exercida por essas relações contraditórias de forças que de maneira organizada podem colocar em risco a organização estrutural do modo hegemônico de produção. Essas inferências aqui por nós destacadas nas considerações finais foram construídas mediante ponderação de um breve resgate histórico que apresentamos no decorrer do texto no qual trouxemos e fomos problematizando algumas apreensões a respeito do liberalismo corrente teórica basilar na constituição da sociedade capitalista, e que norteou e ou norteia as concepções teóricas capitalistas, ora rebuscadas aqui, como o keynesianismo (Estado de Bem Estar Social), neoliberalismo e o novo desenvolvimentismo.

Dentro dos limites de um trabalho acadêmico o que nos ficou claro num primeiro momento da pesquisa, isto é, na apresentação e contextualização das primeiras seções até chegarmos efetivamente no cerne de nosso tema é que o capital enquanto modo hegemônico de produção foi se rearticulando e se readequando a cada momento do processo histórico sofrendo algumas inflexões, porém sempre no sentido de se reorganizar e manter-se enquanto processo hegemônico de reprodução e crises cíclicas.

O caminho que optamos por fazer nos estudos nos possibilitou também captar as apreensões ideológicas do projeto liberal intitulado de novo desenvolvimentismo. Permitindo-nos afirmar que o novo desenvolvimentismo defende a ideologia do crescimento econômico, sem “esquecer-se”, porém, da “questão social”, isto é, promover o desenvolvimento econômico juntamente com igualdade social, e para tal façanha, usa as políticas sociais como um importante subterfúgio, valendo-se desse mecanismo vamos por assim dizer sob a forma de redistribuição de renda e qualificação profissional, o que lhe permite deste modo, interferir e “jogar” ao mesmo tempo nos dois campos, ou seja, o econômico e o social, já que com os programas de redistribuição de renda e qualificação profissional é possível “modificar para melhor” os indicadores de pobreza, amenizando o problema da desigualdade social e concomitantemente a isso incentivar o aumento do consumo de bens e serviço.

Nesse sentido, sob a perspectiva ideológica liberal neodesenvolvimentista as políticas sociais implementadas no Brasil, tiveram nos programas de redistribuição de renda e qualificação profissional seu principal objeto de investimento social por parte do Estado. Já que nessa lógica, investindo em programas de redistribuição de renda e qualificação, supostamente o investimento público com política social aumenta, justamente por alterarem os indicadores sociais em um curto espaço de tempo.

Ainda a respeito da ideologia do novo desenvolvimentismo tal teoria afirma ser possível a conciliação, (ao nosso modo de interpretar irreconciliável) da relação capital e trabalho, o trabalho aqui entendido por nós como irreconciliável com o capital é aquele ainda concebido por Marx em que:

O processo de trabalho deve ser considerado antes de início independentemente de qualquer forma social determinada. Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua própria corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potencias nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (1988, p.142).

E não o “trabalho” empregado à sociedade capitalista, no qual o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista em troca de um salário em dinheiro, permanecendo alheio aos resultados produzidos por este mesmo “trabalho” despendido por ele.

Essa conciliação se constituiria possível para os neodesenvolvimentistas ao passo que seria despendida por todas as classes, isto é, empresários, trabalhadores e burocracia pública uma estratégia em prol, de um bem supostamente comum a todos, o desenvolvimento econômico.

Estratégia essa que seria a adoção do novo desenvolvimentismo como opção para, além da promoção do desenvolvimento também a redução das desigualdades sociais fazendo-se parecer assim, frente ao esgotamento das outras estratégias intentadas como “antídoto” para os males advindos da sociedade capitalista. Um dos pilares de sustentação dessa estratégia segundo os defensores do novo desenvolvimentismo seria a existência de um empresariado nacional forte e também um Estado forte que intervenha como instância reguladora das atividades econômicas (CASTELO BRANCO, 2010, p.196).

Em síntese a ideologia do novo desenvolvimentismo é pautada pela junção utópica do desenvolvimento econômico e equidade social, e que se intitula de acordo com Castelo Branco (2010) como uma terceira via frente na batalha pela hegemonia ideopolítica para formar uma estratégia de crescimento que se contraponha aos modelos já existentes.

O que precisa ficar claro é que o novo desenvolvimentismo, não rompe com a ordem capitalista existente, justamente por tratar de uma estratégia

dessa mesma ordem frente às demandas do contexto atual, ou seja, essa ideologia se configura como sendo um conjunto de ações do capital frente a mais uma crise intrínseca ao sistema, conforme Paulo Netto (2012) afirma, o capitalismo está experimentando uma crise de natureza sistêmica, que se manifesta envolvendo toda a estrutura da ordem do capital.

Assim, nossa análise a respeito do novo desenvolvimentismo, nos permitiu inferir que ele é um novo projeto de desenvolvimento capitalista que surge como opção do modo hegemônico, frente a um novo contexto de acumulação de capital em que se faz necessário a presença de um Estado forte e ativo no sentido de criar mecanismos para o crescimento econômico da nação e analogamente a este crescimento, supostamente proporcionar também a igualdade social, o que de antemão baseados em nosso referencial teórico para a construção desta pesquisa concluímos ser impossível de se materializar nessa forma de organização da sociedade, esta igualdade social, segundo a ideologia do novo desenvolvimentismo se efetivaria principalmente pelas políticas sociais de redistribuição de renda e qualificação profissional.

Nesse sentido a abordagem que empreendemos na análise das entrevistas vislumbrou justamente identificar no discurso de Dilma vínculos concernentes a esta mesma intencionalidade neodesenvolvimentista, isto é, congrega o desenvolvimento econômico a equidade social. Deste modo o que pudemos evidenciar de claro e manifesto nos discursos da presidenta Dilma por ora analisados nesta pesquisa é que as concepções de Estado bem como políticas econômicas e sociais são as mesmas apregoadas pelos defensores do novo desenvolvimentismo, isto é, uma clara defesa do capital humano em prol do desenvolvimento econômico e equidade social.

Gostaríamos de esclarecer que temos a clareza de que os argumentos e opiniões expressos no conteúdo das entrevistas não são do ponto de vista analítico o todo de seu governo, contudo, o exposto nas entrevistas nos permitiu concluir que vão ao encontro do que discorreremos quanto à função do Estado e das políticas sociais no que diz respeito à manutenção da ordem capitalista estabelecida dispondo, pois, mesmo que de forma escamoteada, de

ações que vislumbram as intermediações entre os interesses contraditórios em disputa tal qual a proposta do novo desenvolvimentismo.

A relação por nós empreendida nesta pesquisa ao problematizarmos os discursos de Dilma conforme nos orienta Carr (1978) não implica a fragmentação usualmente utilizada, predominantemente, pelas interpretações teóricas e políticas liberais, pois assim não chegamos a qualquer compreensão real, quer do passado quer do presente, se tentarmos trabalhar somente com o conceito de um indivíduo abstrato, isto é, descolado da sociedade.

Como pressuposto metodológico consideramos todas as relações das quais fazem parte, as argumentações do governo possibilitando com isso identificar o verdadeiro sentido destas.

Para nós o que se mostrou latente durante as entrevistas da presidenta Dilma é o forte atrelamento do investimento no “capital humano” como condicionante para o alcance do caminho do desenvolvimento econômico, ou seja, o suposto bem estar do trabalhador e o aumento de sua renda estaria articulado ao seu grau de conhecimento individual. Tal qual como já apregoavam, os ancestrais liberais do novo desenvolvimentismo, mesmo sem ainda não usarem o termo capital humano, propriamente dito.

O esforço natural de cada indivíduo no sentido de melhorar sua própria condição, quando sofrido para exercer-se com liberdade e segurança, é um princípio tão poderoso, que ele é capaz, sozinho e sem qualquer ajuda, não somente de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade, mas de superar centenas de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas muitas vezes obstaculava seus atos. (SMITH, 1776, p.49).

Tomando por base Kelniar; Lopes; Pontili; (2013) é por meio dos estudos do economista Theodore Schultz que se formaliza a teoria do capital do humano o qual coloca o conhecimento como forma de capital e a decisão de investir na capacitação do trabalhador passam a ser uma deliberação individual ou das partes interessadas em melhorar ou aumentar produtividade.

A Teoria do Capital Humano foi elaborada por Schultz (1971) a partir da década de 60, intentava mostrar que o investimento no desenvolvimento da

capacidade humana concomitantemente proporciona o desenvolvimento na área econômica. Para isso cita exemplos de países como o Japão, em desenvolvimento à época após ter sido destruído na Segunda Guerra Mundial e conseguiu equilibrar sua economia em pouco tempo graças à utilização desta teoria. Schultz (1971) assevera que ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar.

Schultz afirma que:

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que têm-se desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não-humano), e que o seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico. Observou-se amplamente que os aumentos ocorridos na produção nacional têm sido amplamente comparados aos acréscimos de terra, de homens-hora e de capital físico reproduzível. O investimento do capital humano talvez seja a explicação mais consentânea para esta assinalada diferença (SCHULTZ, 1973, p.31).

Schultz (1973) afirma que “os aumentos ocorridos na produção nacional” têm ligação com o investimento em capital humano, automaticamente a educação passa a ser valorizada como um elemento de investimento e importante no processo de desenvolvimento da nação.

Tais apontamentos nos permitem inferir que para o teórico o investimento no capital humano seria peça fundamental para o desenvolvimento econômico de uma nação.

A educação de certa forma é sim espaço de contestação e disputa frente ao capitalismo, mas ao mesmo tempo no limite está atrelada aos interesses hegemônicos oferecendo mecanismos para que a burguesia mantenha o “status quo”.

Nesse sentido Frigotto 1993 explica que:

A educação não apenas passa conhecimentos para o mercado, mas também articula e desarticula outros conhecimentos para os interesses dominantes prevalecerem [...] a escola é uma instituição social que mediante suas práticas no campo do conhecimento, valores, atitudes e, mesmo, por sua desqualificação, articula determinados interesses e desarticula outros (p. 44).

Trata-se, portanto, da escola ter sua função social conscientemente direcionada a garantir o atendimento às demandas do modo hegemônico de produção.

Então a educação tem importância estratégica fundamental para o capital formando o trabalhador e o exército de reserva para o processo de produção. Sobre esses apontamentos Frigotto argumenta que:

A educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho (1993, p.26).

É o processo educativo que produzirá algumas atitudes e conhecimentos para capacitar para o trabalho. Assim sendo, a partir dessa análise, a educação é tida como um dos fatores que auxiliam no desenvolvimento e na distribuição social de renda. Porém, as problemáticas emergidas da separação de classes são “esquecidas”, e quem não obteve uma ascensão social não conseguiu por insucesso individual. Frigotto (1993) relacionado a isso apresenta que O investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social.

Analisando os diferentes arranjos do capital frente às demandas sociais é que ao problematizarmos a adoção do modelo do novo desenvolvimentismo pelo governo do país a partir do atual estágio da economia brasileira, não podemos perder de vista o que já havíamos destacado anteriormente no texto, que o capital enquanto modo hegemônico de produção dentro de sua própria organização estrutural precisa mediante as suas repetitivas crises, porém necessárias ao sistema se readequar as novas necessidades, descartando aquilo que não lhe é mais conveniente e preservando e acrescentando o que o ajuda a reproduzir-se enquanto hegemonia.

Os autores do novo desenvolvimentismo o intitulam diferente do corpo teórico e político neoliberal, porém, é nítida a adoção de políticas com ranço neoliberal no governo de Dilma, este que por sua vez já foi conceituado por nós mediante análise das entrevistas como sendo novo desenvolvimentista. Ora, basta voltarmos um pouco na contextualização histórica, em meados dos anos

1990 ápice das reformas neoliberais no aparelho do Estado com vistas a se adequar a “nova realidade” globalizada, o principal objeto dessa reforma do Estado foi as políticas sociais, a começar pela educação que na conjuntura da globalização passou a exigir a formação de sujeitos empreendedores, completamente aptos a enfrentarem os desafios das atuais exigências do mercado de trabalho.

É revisitando, portanto, esses conceitos que Dilma apresenta as propostas de educação profissional, materializadas no Pronatec, por exemplo, como resposta para atender as novas exigências do mundo do trabalho, revisitando o discurso das competências, procurando orientar os novos pressupostos para a equalização das oportunidades, nesse sentido, interpretamos o discurso de Dilma no que se refere à ênfase na Educação Profissional como a transfiguração do Estado burguês ratificando que se a força de trabalho estiver minimamente qualificada, estarão aptos a assumir seu lugar no campo da produção do sistema capitalista, os conhecimentos técnico funcionais, profissionais e elementares é o que basta para poder se fazer representar mediante as oportunidades que lhe serão “disponibilizadas”, e diante dessas oportunidades dadas ficam os resultados como responsabilidade dos sujeitos, e não sobre a maneira de organização da sociedade que desde sua base é desigual.

Outro ponto que constatamos em nossas considerações é que a ênfase nos discursos em prol da defesa da implementação do Pronatec para uma melhor gama de oportunidades para os trabalhadores a presidente Dilma Rousseff reforça estratégias que vão ao encontro do novo desenvolvimentismo ratificando a relação defendida por estes entre a qualificação e o crescimento econômico, já que o sujeito qualificado supostamente terá garantida sua inserção no mercado de trabalho, segundo palavras da própria presidenta “*O Pronatec é parte de uma estratégia de desenvolvimento, em escala nacional, que busca integrar a qualificação profissional de trabalhadores com a elevação da sua escolaridade, constituindo-se em um instrumento de fomento ao desenvolvimento profissional, de inclusão social e produtiva e de promoção da cidadania*”. (2014, p.1) Logo este trabalhador qualificado sairá da pobreza elevando os índices sociais do país.

Nos discursos da presidenta Dilma a aproximação dos pressupostos do novo desenvolvimentismo fica evidente, uma vez que podemos perceber neles uma compilação de incentivos ao investimento público e privado e programas de distribuição de renda. Dilma no seu governo em nome do desenvolvimento econômico também adotou políticas de privatização do patrimônio público, como no caso dos aeroportos, portos, rodovias e ferrovias, porém o termo privatização é substituído pelo termo “agências reguladoras” e “parceria pública privada”. Essa substituição é realizada no intuito de tentar desvincular o modelo novo desenvolvimentista incorporado pelo governo de Dilma do viés neoliberal cujas práticas de privatização são recorrentes.

Podemos constatar também que as ponderações expressas por Dilma nas entrevistas carregam em seu bojo uma considerável concepção política e também orientação teórica no sentido de enfraquecer qualquer intenção potencializadora de transformação da ordem econômica e social vigente.

Nesse sentido concluímos que fica claro e evidente a interlocução da chefe maior do Estado brasileiro no que diz respeito a relação Estado e as aspirações sócio econômicas em disputa em favor da manutenção da ordem capitalista. Assim, o Estado age como poder articulador, possui como suas principais funções no capitalismo, garantir a acumulação do capital e legitimar a ordem social (Faleiros 1991, p.59).

Nessa tarefa o Estado precisa manter a mão-de-obra excedente, o exército de reserva, controlado nos momentos de crise e apto ao trabalho nos momentos de expansão do capital e as políticas sociais são parte importante desse processo, mas também é efetivo o caráter ideológico, tanto presente nas políticas sociais, como também presentes nos discursos acerca do Estado e das políticas sociais. Discursos estes que revelam em grande medida aspectos teóricos e políticos das concepções liberais democráticas (FALEIROS, 1991, p.59).

Assim, conforme os interesses determinados historicamente pelo capitalismo o Estado é chamado a intervir ora a mais ora a menos em determinados setores, sejam eles econômico ou social tendo como objetivo único delimitador desta intervenção, ajustes estruturais no intuito de conservar a ordem capitalista.

Afirmamos assim que o governo Dilma também faz parte desse ajuste estrutural do capital não pretendo, pois o rompimento da ordem posta.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Giovanni. **Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil**. Publicado, 02/12/2013. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br> >. Acesso: 10 dez. 2015.

_____. **Neodesenvolvimentismo e a precarização do trabalho no Brasil – Parte III**. Publicado, 23/09/2013 Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br>>. Acesso em: 05 de out. 2013.

_____. **Neodesenvolvimentismo e a precarização do trabalho no Brasil – Parte II**. Publicado, 19/08/2013b Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br>>. Acesso em: 05 de out. 2013.

_____. **Neodesenvolvimentismo e a precarização do trabalho no Brasil – Parte I**. Publicado, 20/05/2013a Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br> >. Acesso em: 05 de out. 2013.

AMARAL, Ângela Santana; MOTA, Ana Elizabete Fiúza Simões; PERUZZO, Juliane Feix. **O novo desenvolvimentismo e estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais na América Latina**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 23 a 26 de ago. de 2011. UFMA, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, MA, 2011. Disponível em: <<https://www.joinpp.ufma.br>> Acesso em: 05 de jan. 2016.

ARRUDA, José Jobson de A. e PILETTI Nelson. **Toda a História Geral e História do Brasil**. Edição reformulada, São Paulo, SP: Ática - 12ª ed. 2003.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRASIL. Palácio do Planalto, 2011. **Biografia da Presidenta Dilma Rousseff**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia>> publicado em 04/07/2011 16h36. Acesso em 06 de jan. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **O desenvolvimentismo é o nacionalismo econômico bem pensado**. Por Flávia Dourado, entrevista, publicado em 22/08/2012. Disponível em: <<https://www.iea.usp.br>> Acesso em: 13 de dez. 2015.

_____. **Desenvolvimentismo: ideologia do desenvolvimento econômico dos países retardatários.** Revista IHU On- Line, maio de 2012. Disponível em: <<https://www.bresserpereira.org.br>> Acesso em: 12 de dez. 2015.

_____. **De volta ao desenvolvimentismo** Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 26.09.2011 Disponível em: <<https://www.bresserpereira.org.br>> Acesso em: 10 de dez. 2015.

_____. **O Brasil e o Novo Desenvolvimentismo. Interesse Nacional.** Abril/jul. 2011. Disponível em: <<https://www.bresserpereira.org.br>> acesso em 12 de dez. 2015

_____. **Do Antigo ao Novo Desenvolvimentismo na América Latina.** 2011. Disponível em: <<https://www.bresserpereira.org.br>> Acesso em: 12 de dez. 2015.

_____. **Estratégia Nacional e Desenvolvimento.** Revista de Economia Política, vol. 26, nº2 (102), pp. 203-230 abril-junho/2006. Disponível em: <<https://www.bresserpereira.org.br>> Acesso em: 10 de dez. 2015.

_____. **O Novo Desenvolvimentismo.** Artigo publicado no jornal folha de São Paulo em 19.09.2004. Disponível em: <<https://www.bresserpereira.org.br>> Acesso em : 12 de dez. 2015.

_____. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula.** 5 ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. **A Reforma Gerencial de 1995.** Cadernos Adenauer II (2001), nº3 Burocracia e reforma do Estado, São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, julho 2001.

CARCANHOLLO, Marcelo Dias. **Revista Poli Saúde, Educação, Trabalho.** Ano VII – Nº39 – mar. / abr. 2015. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br>>. Acesso em: 18 de out. 2015,

_____. **Liberalização e fragilidade financeiras: a vulnerabilidade como restrição ao crescimento.** Rio de Janeiro 2002.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. **O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano**, Oikos, Rio de Janeiro, 2009 v. 8 número 1. Disponível em: < <https://plataformademocratica.org> > . Acesso em 11 de jan. 2016.

_____, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

COAN, Marival **Educação para o empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo**. IX ANPEDSUL Seminário de Pesquisa em educação da região sul, 2012.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.

DEITOS, Roberto Antonio. **Políticas públicas e educação: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos**. Acta Scientiarum. Education Maringá, v. 32, n. 2, p. 209-218, 2010.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional**. Florianópolis, SC, 2008.

_____. **Nove preocupações de um pesquisador acerca de sua pesquisa**. Florianópolis, SC, 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. Vicente de Paula. **O que é Política Social** 5. ed São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistências sociais**. São Paulo: Cortz, 1980.

FATORELLI, Maria Lucia. **Auditoria Cidadã da Dívida Pública**, Experiências e Métodos. 2013. Inove, Brasília.

_____. Caderno de Estudos: **A dívida Pública em Debate**. 2012. Mojo Design, Brasília.

FIORI, José Luiz. Neoliberalismo e Políticas Públicas. In: **Os Moedeiros Falsos**. Petrópolis, RJ: 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

GOMES Cláudia Maria Costa, MÉLO Jéssica Maria de Souza, CRUZ Maria da Conceição da S. **O combate à pobreza no neodesenvolvimentismo**, 2015.

IHU (Instituto Humanitas Unisinos). Especial 2012: **o modelo neodesenvolvimentista do governo Dilma**. **Ecodebate**, 3/1/2013. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2013/01/03/especial-2012-o-modelo-neodesenvolvimentista-do-governo-dilma/>. Acesso 09 de jan. 2016.

JACOMELI, M.R.M. e XAVIER, M.E.S.P. **A Consolidação do Liberalismo e a construção da ideologia educacional liberal do Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

LIMA, Gilberto Tadeu e SICSÚ João. **Macroeconomia do Emprego e da Renda e o keynesianismo**. Barueri, SP: Manole, 2003. Disponível em: <https://books.google.com.br>. acesso em 26 de set. 2014.

KELNIAR Vanessa Carla; LOPES Janete Leige; PONTILI Rosangela Maria **A teoria do Capital Humano: Revisitando Conceitos**, VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica; O método Científico 21 a 25 de outubro de 2013. Campo Mourão, PR.

LOMBARDI, Fabiano. **Estado e Política Social no governo Lula: Aspectos teóricos e políticos nos discurso presidenciais (2003-2009)**. Cascavel – PR. Unioeste, 2010.

MARTINS, Carla Alves Ribeiro. **Política de Educação Profissional: A implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) – (2011-2014)**. Cascavel – PR. Unioeste, 2015.

MARX, K; ENGELS F. A Origem da Família da propriedade privada e do Estado. In **Obras Escolhidas Vol. 3**. São Paulo, Editora Alfa-omega, s/d.

_____. **O capital: Crítica da economia política**, 3. Ed. São Paulo, Nova Cultural, 1988

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Boitempo, 2002.

MILLET, Damien e TOUSSAINT Éric. **50 Perguntas 50 respostas sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial**. São Paulo, Boitempo, 2006.

MORAES, Reginaldo C. Correa. **Liberalismo e Neoliberalismo, uma introdução comparativa**. Campinas, SP: 1997

NETTO José Paulo. O materialismo Histórico como instrumento de análise das políticas sociais. **Estado e políticas sociais: Brasil – Paraná**, Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2003.

_____, José Paulo. Crise do Capital e Consequências Societárias. In: **Serviço Social & Sociedade: questão social, expressões contemporâneas**. São Paulo, n.111, jul./set. 2012. (p. 413 – 429).

NORONHA, Olinda Maria. **Políticas neoliberais, conhecimento e educação**. Campinas, SP: Atomo e Alínea, 2002.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. DUARTE, Adriana. **Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza**. Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 279-301, jul./dez. 2005

PETRAS, James. **Armadilha Neoliberal e Alternativas para a América Latina**, Xamã, 1999.

_____. **Os fundamentos do neoliberalismo.** In. OURIQUES, N. e RAMPINELLI, J. (orgs.) **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC.** São Paulo, Xamã, 1997.

PFEIFER, Mariana **O “social” no interior do projeto neodesenvolvimentistas** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 746-766, out./dez. 2014.

_____, Mariana. **Bresser-Pereira e o pacto neodesenvolvimentista.** *Temporalis*, ano 13, n. 26, p. 11-36, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6066/4946>>. Acesso em: 10 de jan. 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política.** 33. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa.** Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.

_____, Theodore W **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa.** Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas.** vol. I e II, 3ª ed. Trad. Luiz João Baraúna, São Paulo: Nova Cultural, 1988. 250 p.

VIEIRA, Evaldo. Estado e políticas social na década de 90. **Estado e políticas sociais no Brasil.** Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2001.

VIEIRA, J. D. **Piso Salarial para os educadores brasileiros: quem toma partido?** Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2013.

Revista **VEJA** Acervo digital 15 de agosto de 2012 Ed. 2282 disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. acesso em 31 de ago. 2014.

ANEXOS:

Tabela nº 1:

ENTREVISTAS PROGRAMA <i>CAFÉ COM A PRESIDENTA</i> ANO DE 2011		
ENTREVISTAS SELECIONADAS PARA ANÁLISE		
	TÍTULO DA ENTREVISTA	DATA DA ENTREVISTA
2	Governo cria incentivos para formação técnica de jovens e trabalhadores	14/02/2011
8	Pronatec beneficiará 8 milhões de estudantes e trabalhadores	02/05/2011
9	Governo vai investir em formação dos trabalhadores e dos estudantes	09/05/2011
13	Obras do PAC ajudam o país a crescer e melhoram a vida dos brasileiros	11/07/2011
15	Incentivos às empresas vão aumentar a renda e gerar mais empregos	15/08/2011
18	PAC mobilidade urbana terá R\$ 30 bi para melhorar o transporte	17/10/2011
19	Capacitação de jovens e trabalhadores terá R\$ 24 bilhões até 2014	24/10/2011

Fonte: Empresa Brasil de Comunicação EBC. As entrevistas selecionadas correspondem ao período de fevereiro de 2011 a junho de 2014.

Tabela nº 2:

ENTREVISTAS PROGRAMA <i>CAFÉ COM A PRESIDENTA</i> ANO DE 2012		
<i>ENTREVISTAS SELECIONADAS PARA ANÁLISE</i>		
	TÍTULO DA ENTREVISTA	DATA DA ENTREVISTA
19	Pronatec amplia o acesso dos jovens ao ensino técnico	29/10/2012
21	Pronatec já atingiu 1,1 milhão de matrículas no Senai	26/11/2012

Fonte: Empresa Brasil de Comunicação EBC. As entrevistas selecionadas correspondem ao período de fevereiro de 2011 a junho de 2014.

Tabela nº 3:

ENTREVISTAS PROGRAMA <i>CAFÉ COM A PRESIDENTA</i> ANO DE 2013		
<i>ENTREVISTAS SELECIONADAS PARA ANÁLISE</i>		
	TÍTULO DA ENTREVISTA	DATA DA ENTREVISTA
1	Governo anuncia programa de investimentos para os aeroportos do país	07/01/2013
4	Pronatec avança na formação de jovens e trabalhadores do Brasil Sem Miséria	15/04/2013
11	Pronatec: 4 milhões de matrículas nos cursos técnicos e de qualificação profissional	22/07/2013
19	Pronatec esta ajudando a formar profissionais para encarar o mercado de trabalho	07/10/2013

Fonte: Empresa Brasil de Comunicação EBC. As entrevistas selecionadas correspondem ao período de fevereiro de 2011 a junho de 2014.

Tabela nº 4:

ENTREVISTAS PROGRAMA <i>CAFÉ COM A PRESIDENTA</i> ANO DE 2014		
ENTREVISTAS SELECIONADAS PARA ANÁLISE		
	TÍTULO DA ENTREVISTA	DATA DA ENTREVISTA
1	Dilma: Educação é o passaporte para o futuro do Brasil	06/01/2014
3	Pronatec: 5,7 milhões de matrículas nos cursos técnicos e de qualificação profissional	03/02/2014
7	Nós criamos o Pronatec para dar oportunidade aos brasileiros de melhorar sua formação profissional	24/03/2014

Fonte: Empresa Brasil de Comunicação EBC. As entrevistas selecionadas correspondem ao período de fevereiro de 2011 a junho de 2014.